



UFRGS analisa e faz sugestões ao Orçamento Participativo

A convite da Prefeitura de Porto Alegre, Universidade participará da avaliação e aperfeiçoamento do processo de consulta à população, implantado há 12 anos

PÁGINA 3

O tango da agonia



A Argentina já esteve entre as oito primeiras economias mundiais. Agora, reluta em admitir a falência, debate-se internamente, gera crise no Mercosul e apavora parceiros, principalmente o Brasil

PÁGINA 5

RENI JARDIM

ANDREW SIMPSON

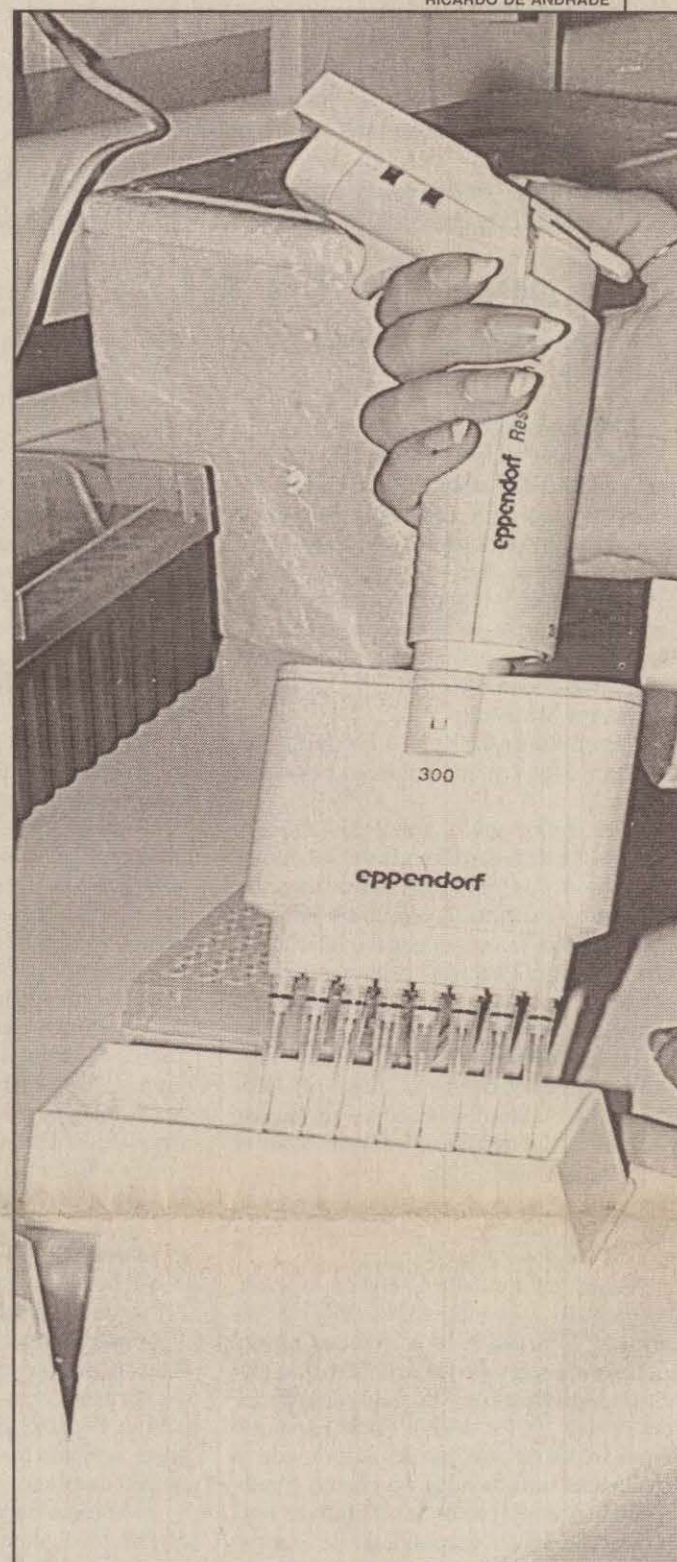


Cientista inglês, radicado no Brasil, que coordena projetos nas áreas de parasitologia, genoma do câncer e outras, profere conferência na UFRGS

“O grande mistério da vida está começando a aparecer”

PÁGINA CENTRAL

RICARDO DE ANDRADE



Universidade mapeia genes integrada à rede nacional

Centro de Biotecnologia trabalha com 25 laboratórios do país, seqüenciando o genoma de uma bactéria não patogênica

PÁGINA 8

Grupo Montevideo faz 10 anos

Quinze instituições públicas de ensino superior do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile formam esta associação de universidades com 500 mil estudantes e 50 mil docentes e pesquisadores

PÁGINA 4

A Universidade e o Orçamento Participativo

Juntamente com outras entidades, a UFRGS vai participar do processo de avaliação e aperfeiçoamento do Orçamento Participativo, implantado em Porto Alegre há 12 anos. O convite foi feito pela Secretaria de Governo Municipal e apresentado pelo secretário e vice-prefeito João Verle, e a reitora Wrana Maria Panizzi já assinou portaria criando a comissão que vai analisar e fazer sugestões para o aperfeiçoamento do Orçamento Participativo. Leia a matéria na página 3.

Durante seus dez anos de atuação, a Associação de Universidades do Grupo Montevideo já realizou mais de cem cursos, publicou diversos livros e promoveu intercâmbio de professores, pesquisadores e alunos. Conheça o trabalho e a importância dessa associação na página 4.

Depois de integrar a lista das principais economias do planeta, a Argentina está ameaçada de não poder pagar suas dívidas, e esse clima de instabilidade já contagia outros países, inclusive o Brasil. O resultado da submissão da Argentina aos planos de globalização do capitalismo internacional e as consequências que essa situação poderá trazer para o nosso país estão na página 5.

O entrevistado desta edição é o professor Andrew Simpson, inglês radicado no Brasil, onde coordena vários projetos de pesquisa na área da parasitologia, entre elas o projeto Genoma Humano de Câncer. Veja o entusiasmo dele com os estudantes brasileiros na página central.

O Centro de Biotecnologia da Universidade cumpriu a primeira etapa de suas responsabilidades dentro da tarefa de realizar, juntamente com outros laboratórios, o sequenciamento de genes de bactéria que pode ajudar no combate a combater a diversas doenças. E já se prepara para a Segunda etapa. Veja na página 8 o que isso significa para a Universidade.

Nesta edição, que excepcionalmente tem apenas 12 páginas, em vez das costumadas 16, conheça o "perfil" de uma das figuras mais conhecidas que circulam no prédio da Reitoria: Casquinha, o pau-para-toda-obra.

ESPAÇO DA REITORIA

Carta da UFRGS ao MEC

• WRANA MARIA PANIZZI
Reitora

Diante dos problemas que vive a Universidade Pública Brasileira, que atingem de forma direta a nossa universidade, inclusive com a perspectiva de uma greve dos servidores técnico-administrativos, os responsáveis pela gestão da UFRGS – reitora, vice-reitor, pró-reitores, secretários e diretores – decidiram por unanimidade encaminhar ao ministro da Educação o seguinte documento:

Senhor Ministro,

Cumprimento Vossa Excelência, oportunidade em que venho expor o que segue.

A Administração Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reunida com o conjunto dos Diretores das Unidades Acadêmicas, em 20 de julho de 2001, avaliando a gravidade da situação das Universidades Federais brasileiras, vem de público expor às autoridades federais e à sociedade brasileira:

De acordo com o Manifesto (de 11/07/2001) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ANDIFES, a formação superior de cidadãos qualificados é essencial para que a nação atinja o desenvolvimento sustentável. Contudo, o Brasil atende somente 11% da população de referência, de 18 a 24 anos, matriculada no ensino superior, comparado a 22% do Chile, 26% da Venezuela, 37% dos EUA e 53% do Canadá. Acrescente-se a isso que o número dos concluintes do ensino médio dobrou no período 1991-1995 e deverá sofrer expansão ainda maior na próxima década, devido às mudanças introduzidas no ensino fundamental. A conjugação desses fatores leva a uma inevitável necessidade de ampliação da oferta de vagas para o ensino universitário.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e as demais IFES, tem buscado atender às necessidades de ampliação do referido sistema de ensino. Desde 1998, a UFRGS criou 511 novas vagas discentes, distribuídas entre cursos já existentes e sete novos cursos de graduação, sendo alguns noturnos. Na Pós-graduação foram criados

cinco novos cursos de Mestrado e 13 de Doutorado, o que, aliada à ampliação dos já existentes, resultou em um acréscimo de 1.100 novas vagas. Contraditoriamente, a esse esforço para o aumento de oferta, com qualidade, a Universidade tem enfrentado enormes dificuldades em termos de infraestrutura humana e material.

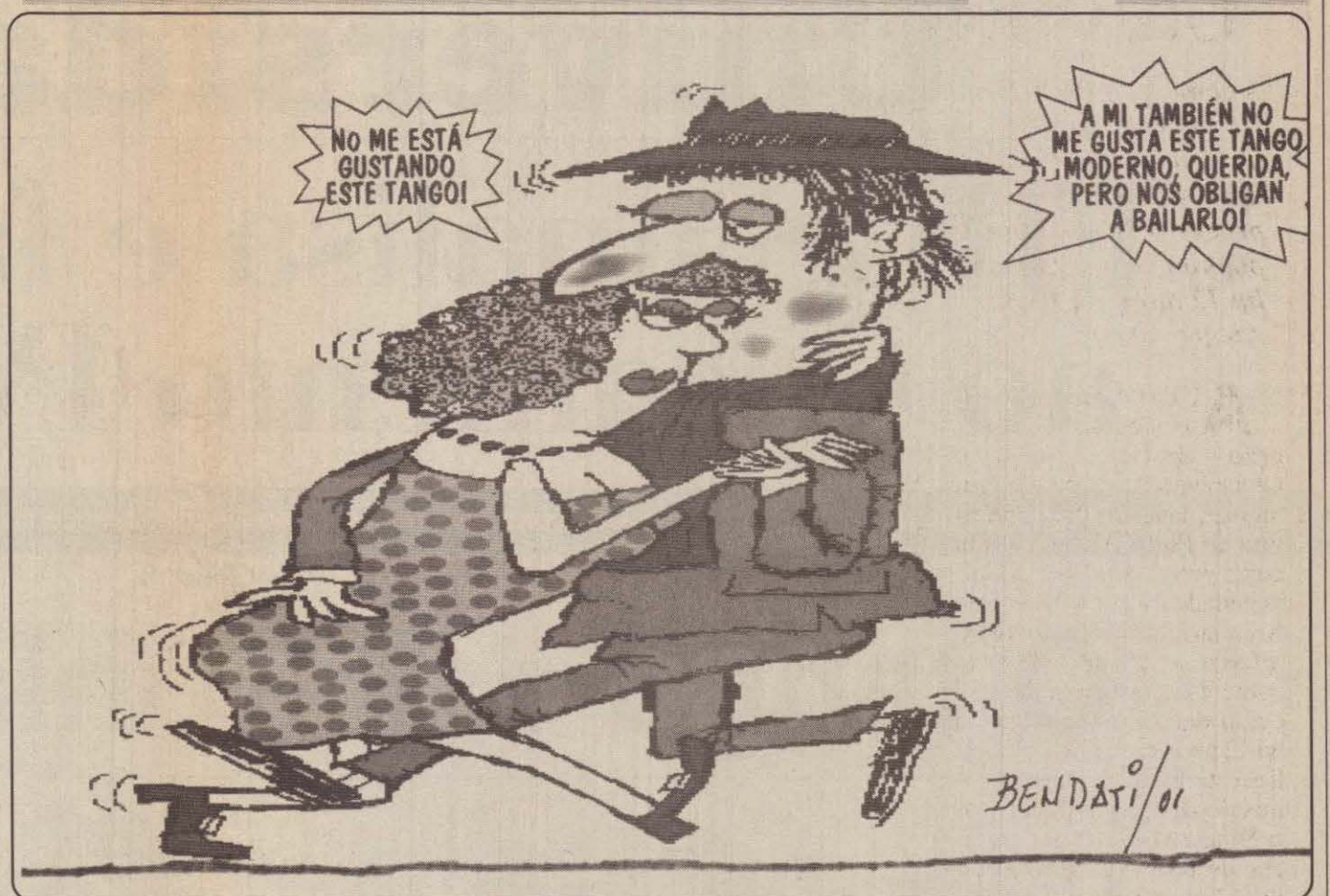
A falta de reposição salarial, nos últimos sete anos, para os servidores técnico-administrativos e docentes, a inexistência de um adequado plano de cargos e salários capaz de reconstituir a auto-estima dos servidores e de estimulá-los, bem como a edição da Medida Provisória nº 2.150-39 (GDAE) dificultam a vida dos profissionais que tenazmente permanecem na Instituição.

Os salários pagos pelas Universidades, incompatíveis com a natureza e a responsabilidade das funções ali exercidas, tornam difícil a absorção e a permanência de pessoal qualificado. O não preenchimento das vagas docentes e de servidores põe em risco a manutenção dos cursos de Graduação, dos Programas de Pós-graduação, bem como o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de extensão.

Das 321 vagas docentes existentes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Governo Federal estará permitindo concurso público para o preenchimento de apenas 85 vagas. Com relação aos servidores técnico-administrativos, até o presente momento, não houve liberação para a utilização das 731 vagas em aberto.

O não encaminhamento de soluções imediatas para essa situação crítica dos recursos humanos e materiais da Universidade Pública Federal certamente acarretará prejuízos irreparáveis a esse patrimônio da sociedade brasileira.

A Administração Central da UFRGS e os Diretores das Unidades Acadêmicas alertam para o fato de que, embora essa Universidade tenha respondido adequadamente às demandas da sociedade do conhecimento, este esforço poderá vir a ser comprometido, caso não sejam encontradas respostas urgentes pelo Governo Federal para os problemas assinalados, os quais configuram a iminência de uma grave crise institucional na Universidade Pública brasileira.



AUGM, uma década de integração e de resistência

• HOMERO DEWES

Professor do Instituto de Biociências da UFRGS

Conta-se que a ata de fundação da Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) foi firmada em uma *servilleta*, à mesa de um restaurante em Montevideo, e suspeita-se, com a tinta adstringente de um *tannat*. O que mais poderia ter liberado os espíritos dos reitores aí reunidos para discutir o futuro das universidades na América Latina, levando-os a firmar, diante dos ataques das políticas dos governos dos respectivos países, um pacto de defesa da universidade pública, autônoma e auto-governada, tendo como estratégia a promoção da integração acadêmica na região?

Há dez anos, em agosto de 1991, quando a idéia da integração regional assumia o matiz mercantilista dos acordos do Mercosul, a criação da AUGM traduziu muitas das motivações para a integração, que tinham, para a gente da região, um significado mais profundo do que os interesses comerciais em pauta. Os reitores que criaram a AUGM entenderam que integração regional, no âmbito das universidades públicas, poderia expressar-se pela prática de um intercâmbio acadêmico comprometido com os destinos da região, culminando na "criação de um espaço acadêmico comum".

Para a materialização deste ideal, necessitava-se antes de mais nada alcançar um novo entendimento sobre o papel das relações internacionais nas universidades associadas, mas havia que se começar de imediato, por aquilo que se está acostumado a fazer: interagir e cooperar em torno de temas de pesquisa e de estudo e de programas de formação. Assim, baseando-se em núcleos disciplinares e em comitês acadêmicos, estabeleceu-se um mecanismo de apoio à mobilidade de centenas de docentes e de estudantes, através dos quais instituições e pessoas dos diferentes países envolvidos deram-se a conhecer, estreitaram relacionamentos e eventualmente avançaram nos seus respectivos projetos acadêmicos.

Como esperado, nos termos deste mecanismo, dependente primordialmente, dos recursos aportados pelas próprias universidades, poucos dos grupos de pesquisa das universidades-membro, que buscavam ou que já haviam alcançado a desejada inserção internacional, foram atraídos de imediato para o circuito de cooperação oferecido pela AUGM. Coerentes com a lógica que, tradicionalmente, tem orientado as políticas de cooperação internacional das universidades, que objetivam prioritariamente oportunidades de avanço na qualificação individual e na pesquisa, e que visam integrar os grupos locais aos circuitos de vanguarda dos países mais desenvolvidos, os pesquisadores continuaram a procurar engajar-se, preferencialmente, nas relações de cooperação que lhes são mais vantajosas, poupando-se de relações assimétricas com centros relativamente defasados. Assim, a exploração dos espaços novos e heterogêneos das universidades da AUGM passaria a ser

basicamente, realizada por aqueles docentes e estudantes que se sentem compelidos a aprofundar o conhecimento do seu lugar latino-sul-americano e da sua gente, e que pretendem identificar a sua trajetória acadêmica individual aos destinos da sua região.

Sendo mais uma moldura para a materialização de um ideal político de integração e de independência do que um diretório de vantagens e de facilidades para a pesquisa e para cursos avançados, o circuito da AUGM configurou-se como um território de desenvolvimento de uma nova forma de se fazer a cooperação internacional, cujo principal resultado seria a formação, nas mentes dos docentes, pesquisadores e estudantes, de um compromisso com o progresso da região e com a promoção da convivência fraterna entre os seus povos.

Cumprida a sua primeira década, com uma vasta lista de realizações para festejar, a AUGM certamente reflete sobre como continuar. O seu modo de operar, baseado nos núcleos disciplinares e nos comitês acadêmicos, embora tenha sido reconhecidamente, útil e importante nos seus primeiros passos, agora, visivelmente limita a abrangência das suas iniciativas, e dificulta o cumprimento do seu papel na formação do universitário comprometido com seu lugar e com a sua história. Se, por um lado, as atividades coordenadas pela AUGM pouco têm atraído os pesquisadores de vanguarda para a realização de projetos compartilhados, por oferecer limitadas vantagens objetivas no campo técnico, tampouco oferece a estes pesquisadores outras vias, fora do âmbito da pesquisa na sua própria disciplina, para que persigam o seu ideal político de integração e de construção de uma identidade regional. Ademais, o sistema de apoio à mobilidade até então praticado exclui, em regra, aqueles que, tendo o interesse de integrar-se ao circuito da AUGM e engajar-se aos seus propósitos, atuam fora das áreas correspondentes aos núcleos e aos comitês reconhecidos. O modo ideal de operação da AUGM seria aquele que oferecesse oportunidade de engajamento à sua missão a todo o indivíduo ou grupo universitário motivado, independente da sua disciplina ou tema de pesquisa.

A visibilidade e o reconhecimento internacionais alcançados pela AUGM decorrem, em grande parte, da clareza e da coerência dos seus posicionamentos em defesa da universidade pública, e do seu sucesso de fazer incluir nas agendas dos governos e das organizações e dos fóruns internacionais, a discussão sobre a importância das universidades públicas nos sistemas de educação superior. A universalização dos princípios da pertinência e da qualidade do ensino, e o reconhecimento de que as universidades devem ser instituições autônomas e democráticas, como foi reafirmado pela Conferência Mundial sobre a Educação Superior da Unesco, em outubro de 1998, com a participação ativa da AUGM, têm suas raízes na Reforma de Córdoba de 1918, em cuja carta pode-se reconhecer os ideais que, numa tarde em Montevideo, inspiraram um grupo de reitores de universidades públicas a criar a Associação de Universidades Grupo Montevideo. *Salud a l'AUGM!*

CARTAS

A polêmica das misérias

"O derrame verbal do professor Paulo Coimbra Guedes (*A miséria do Jerônimo: o que nós temos com isso?* - JU, junho, p.15) é desde o título um mero e hidrofóbico ataque pessoal, que miseravelmente só faz confirmar todos os argumentos que meu contendor tentou com tanto esforço distorcer e deturpar. Não surpreende que, depois de nos brindar com constrangedores chavões populistas (diálogo do mundo, construção coletiva etc.), ele termine sua diatribe convulsiva encarnando a Autoridade, o mestre-escola que dita seus discípulos o que eles devem ou não ler e levar a sério. É tanto de respeito que ele paga à *independência crítica* de seus alunos. Em resposta a seu nojo, pena e ódio, só posso expressar a tristeza de saber que tanto ressentimento e obscurantismo tenham encontrado abrigo profissional na universidade pela qual me formei jornalista.

Jerônimo Teixeira
Porto Alegre/RS

Cefav

Dirigimo-nos respeitosamente à Vossa Senhoria para solicitar a divulgação de uma errata acerca da matéria veiculada no Jornal da Universidade, edição de março de dois mil e um, sob o título *Casas de estudantes passam por reformas*, assinada por Ademair Vargas de Freitas. Na referida matéria menciona-se que as três

Casas de Estudantes contam com uma equipe de quatro eletricitistas, dois hidráulicos, um pedreiro, dois serventes e dois geoseiros trabalhando nas reformas. O que solicitamos corrigir é que na Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária, Cefav, não há constância nesta equipe, pois a matéria traz implícita a perenidade destes funcionários durante o processo de reforma. Inclusive, solicitamos incluir que, na Cefav, ocorrem dias em que sequer há presença de funcionários.

Porém, o que de mais grave solicitamos correção, é sobre o trecho em que se lê: *Na Cefav, a primeira etapa da obra está praticamente pronta, e já está sendo feito o levantamento do material necessário para iniciar as reformas nas instalações elétricas do segundo pavimento*. A bem da verdade, as obras no primeiro pavimento ainda não alcançaram a metade do proposto, tendo sido concluída somente a instalação elétrica dos quartos, mesmo assim, apenas recentemente. Atualmente, o primeiro dos dois banheiros deste pavimento está sendo reformado, restando ainda o outro, bem como as instalações da lavanderia e a instalação elétrica do corredor.

Em recente visita a esta Casa, a reitora Wrana confirmou o que ora informamos, bem como avalizou o envio desta errata.

Na certeza de encontrarmos resposta à nossa solicitação, despedimo-nos.

Respeitosamente,

Torgan Flores de Siqueira
Coordenador Cefav/2001

Nota da Redação: o autor da reportagem esclarece que todas as informações contidas na matéria foram colhidas junto à Prefeitura da UFRGS.

Yoko Ono

É sempre uma enorme satisfação ler o Jornal da Universidade. Quero parabenizar a todos pelo ótimo nível dos assuntos abordados e pela qualidade da informação. Comecei a ler e fiquei totalmente envolvida pelo estilo leve e pela originalidade das perguntas e respostas. Mesmo não tendo nenhuma admiração em especial pela Yoko, foi uma leitura muito agradável. Espero que vocês continuem a publicar matérias como esta e espero ansiosa pelo próximo exemplar do JU.

Clarice Rodrigues

Porto Alegre/RS

Errata

A pedido do professor Eduardo Pontual Ribeiro, autor do artigo "Crise de Energia: origem e opções", publicado na edição de maio do Jornal da Universidade, esclarecemos que a introdução de três linhas que aparece logo abaixo de sua assinatura não faz parte do texto nem é de sua autoria. Foi colocada na página pelo editor.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil
CEP 90.046-900
Fone: +55 51 316-3368
Fax: +55 51 316-3176
homepage internet: <http://www.ufrgs.br>
e-mail reitoria: reitoria@vortex.ufrgs.br

ADMINISTRAÇÃO

Reitora
Wrana Maria Panizzi
Vice-reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor de Ensino
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor Adjunto de Graduação
Norberto Hoppen
Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação
Philippe Navaux
Pró-reitor de Pesquisa
Carlos Alexandre Netto
Pró-reitor de Extensão
Luiz Fernando Coelho de Souza
Pró-reitora de Planejamento e Administração
Maria Alice Lahorgue
Pró-reitor de Infra-estrutura
Hélio Henkin
Pró-reitor de Recursos Humanos
Sérgio Nicolaiewski
Secretário de Assuntos Institucionais e Internacionais
Jaime Evaldo Fensterseifer
Secretária de Avaliação Institucional
Patrícia Lessa Flores da Cunha
Secretária de Desenvolvimento Tecnológico
Maria Alice Lahorgue
Secretário do Patrimônio Histórico
Christoph Bernasiuk
Procurador-geral
Armando Pitrez

Jornal da Universidade

Publicação da Coordenadoria de Comunicação Social da UFRGS
Coordenador
Miguel Ângelo Ribeiro de Ribeiro
Conselho Editorial - Christa Berger, Flávio Oliveira, Geraldo Huff, Ivo Stigger, Luís Augusto Fischer e Maria Helena Weber

REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar
Fone/fax: (051) 316-3368/316-3176
e-mail: jornal@vortex.ufrgs.br
homepage: <http://www.ufrgs.br/jornal>
Editor-chefe - Clóvis Ott
Editora executiva - Ida Stigger
Editores assistentes - Ademair Vargas de Freitas e Juarez Fonseca
Redação - Arlete R. de Oliveira Kempf, e Sônia Torres
Projeto gráfico e editoração eletrônica
Anibal Bendati
Fotografia - Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim
Colaboraram nesta edição - Eduardo Sterzi, Eliana Raffaelli, Jorge Brovetto
Circulação - Luiz Ricardo de Andrade
cadinho@ufrgs.br

Apoio - Édina Rocha e Rosâne Vieira
Serv. gerais - Antônio Carlos dos Santos

Fotolitos e impressão - Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas

Apoio - Agência Universidade Federal do Banco do Brasil

Universidade avalia o Orçamento Participativo Municipal

FOTOS RENE JARDIM

A convite da Prefeitura, UFRGS prepara análise e sugestões de aperfeiçoamento ao processo de consulta à população implantado há 12 anos em Porto Alegre

A UFRGS vai participar do processo de avaliação e aperfeiçoamento do Orçamento Participativo Municipal, lançado pela Prefeitura de Porto Alegre. Assim como outras entidades, a Universidade foi convidada pela Secretaria de Governo a manifestar seus pontos de vista sobre essa instância de processo decisório, implantada há 12 anos na Capital. A análise estará a cargo de uma comissão designada pela reitora Wrana Maria Panizzi, através de portaria assinada no dia 12 de julho.

A solicitação da Secretaria de Governo Municipal foi apresentada pelo vice-prefeito, João Verle, em reunião que teve a participação dos Conselhos Superiores: Conselho Universitário (Consun), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), de pró-reitores, secretários e de representantes de entidades dos três segmentos da comunidade acadêmica da UFRGS.

No encontro, a pró-reitora de Planejamento e Administração, Maria Alice Lahorgue, disse que a Universidade vê com satisfação a aproximação da Prefeitura. A UFRGS - afirmou a pró-reitora de Planejamento e Administração - tem profundo interesse em consolidar a idéia do desenvolvimento da cidade baseado na inovação, tanto tecnológica quanto organizacional. Maria Alice Lahorgue citou como exemplo dessa visão as resoluções que deram prioridade a projetos como o Pólo Saúde, na Bacia do Arroio Dilúvio, e a Região de Potencial Tecnológico do 4º Distrito, que têm a participação da Universidade.

Lembrou que a UFRGS, por estar inserida em iniciativas multiinstitucionais como o Projeto Porto Alegre Tecnópolis, que envolve o Município, já vem fazendo parte de outros processos locais, como os Congressos da Cidade e o próprio Orçamento Participativo. A pró-reitora destacou, nesse sentido, a importância estratégica decisória dos Congressos da Cidade. No entanto, constatou ela, a representação da área de Ciência e Tecnologia na plenária temática *Desenvolvimento Econômico e Tributação* do OP, é mínima. Dentre os delegados há apenas dois dessa área, um dos quais da UFRGS. Ambos estão vinculados ao Projeto Porto Alegre Tecnópolis.

Já o diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, professor José Vicente Tavares, acentuou a existência de uma correlação local e mundial entre as atividades da Prefeitura e da Universidade. Assim como a Universidade projeta a cidade e o Estado em nível internacional, pela sua qualidade, também o faz a Prefeitura, através do OP. Embora não seja a única experiência brasileira, o OP se destaca por ser avançado e crítico, opinou.

Tavares considerou que a introdução das plenárias temáticas no OP dá margem a uma maior relação entre a Universidade e esse processo decisório. A mesma opinião foi manifestada pelo professor Luiz Fernando de Abreu Cybis, diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas, que relatou sua satisfação em participar, por dois anos, da plenária temática do OP *Desenvolvimento do Ambiente, do Saneamento e da Habitação*, na qualidade de membro da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. O professor também sugeriu a possibilidade da Universidade propiciar cursos de formação aos delegados e conselheiros do OP.

A importância do investimento na qualificação e expansão da educação fundamental e infantil, de responsabilidade do Município, foi



Reunião na UFRGS para avaliar o OP (acima) e vice-prefeito João Verle



salientada pela professora Maria Beatriz Luce, da Faculdade de Educação. Ela ponderou que o OP está muito associado à realização de obras físicas. Opinou que é necessário incorporar ao processo a discussão sobre investimentos em expansão, qualificação e distribuição do quadro funcional da educação na cidade.

Outra questão mencionada pela professora da Faculdade de Educação da UFRGS é a necessidade de incluir no debate a possibilidade de ampliação da jornada de estudo para as crianças, uma vez que, a princípio, já existe uma estrutura física suficiente para o atendimento da demanda. Maria Beatriz considerou que a Universidade pode contribuir com estudos diagnósticos sobre a necessidade e a distribuição do quadro de serviços públicos, como forma de qualificar a discussão nas plenárias temáticas.

OUVIR A POPULAÇÃO

Os objetivos e o modo de funcionamento do OP foram explicados pelo vice-prefeito João Verle, que também respondeu a vários questionamentos. Disse que a finalidade do OP é ouvir a população de forma democrática, e que por isso está aberto à participação de todos. Há espaço para discussão de questões locais, de bairro e regiões - que se dão nas plenárias regionais - e também temas mais amplos, discutidos nas plenárias temáticas, instituídas em 1994. Estas incluem temas como educação; saúde e assistên-

cia social; circulação e transporte; desenvolvimento econômico e tributação; cultura; esporte e lazer. As plenárias temáticas foram introduzidas em razão das críticas de que o OP se detinha unicamente em questões locais, deixando de olhar a cidade como um todo, acrescentou o vice-prefeito.

Nos últimos dois anos, cerca de 45 mil pessoas participaram das plenárias - informou Verle -, havendo uma expectativa de aumento de 15% no total de pessoas integradas no

processo, este ano. Pelas regras de funcionamento do OP, a cidade está dividida em 16 regiões. Na primeira rodada de reuniões plenárias, realizadas entre março e abril, a Prefeitura faz a prestação de contas das realizações do ano anterior e apresenta algumas idéias sobre o orçamento que será discutido. Nessas reuniões são escolhidos os delegados, na proporção de um para cada dez pessoas presentes. Nos meses de junho e julho, ocorre a segunda rodada de plenárias, nas quais o governo municipal apresenta um esboço do orçamento e são eleitos os conselheiros do OP. A representação do governo municipal no Conselho é de apenas duas pessoas, esclareceu o vice-prefeito.

ABRANGÊNCIA

Cada região elege quatro prioridades temáticas. As três primeiras prioridades temáticas indicadas globalmente pelas 16 regiões serão contempladas no orçamento, conforme critérios gerais de carência, população e prioridade temática da região. Todo esse processo parece complexo, comentou Verle, mas é dominado com relativa facilidade pelos conselheiros do OP. As regras estão contida no Regimento Interno do OP e à sua clareza é atribuído o sucesso do sistema. As obras aprovadas passam a fazer parte do Plano de Investimentos e Serviços e sua realização é fiscalizada por comissões de moradores.

Integrantes da Comissão Especial

A Portaria nº 2360, de 12 de julho de 2001, assinada pela reitora Wrana Panizzi, designou a Comissão Especial que terá a função de elaborar um documento com a opinião da Universidade sobre o Orçamento Participativo, bem como propor modificações adequadas ao aperfeiçoamento do processo. Está integrada pelos seguintes membros:

- Roberto de Azevedo e Souza - suplente do representante da Associação dos Antigos Alunos da UFRGS no Consun
- Maria Beatriz Moreira Luce - representante da Câmara de Pós-graduação no Cepe
- Elianara Corcini Lima - representante dos técnicos-administrativos no Cepe
- José Vicente Tavares dos Santos - diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e membro do Consun
- Rubens Constantino Volpe Weyne - representante dos docentes no Consun
- Luiz Fernando de Abreu Cybis - diretor do Instituto de Pesquisa Hidráulica e membro do Consun
- Sara Viola Rodrigues - diretora do Instituto de Letras e membro do Consun
- Maria Alice Lahorgue (pró-reitora de Planejamento e Administração)
- Ricardo Vieira - representante dos técnicos-administrativos no Consun
- Claudia Porcellis Aristimunha - representante dos técnicos-administrativos no Cepe
- Felix Ubirajara de Souza Ferreira - representante dos discentes pelo DCE no Consun

teressadas na sua implementação.

Respondendo ao questionamento do professor Cláudio Scherer, diretor do Instituto de Física, sobre a abrangência do OP em relação ao orçamento, Verle explicou que o mecanismo de consulta incluía toda a destinação do orçamento. Até a matriz tributária é encaminhada ao Conselho para análise. Quanto à extensão do poder do OP, disse que o Conselho detinha a capacidade deliberativa, sendo que o prefeito poderia vetar alguma proposição. Nesse caso, a matéria retornaria ao Conselho, necessitando de dois terços dos votos dos conselheiros para a derrubada do veto. Acrescentou que em 12 anos de existência do processo, nunca houve veto às propostas do OP.

Além do Conselho do OP, funcionam no Município mais de 30 conselhos, incluindo o Conselho Municipal do Idoso; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal de Assistência Social; o Conselho Municipal de Educação; e o Conselho Municipal de Saúde. Para Verle, a compatibilização de tantas instâncias de deliberação é um desafio para a Prefeitura. O vice-prefeito também destacou a importância do Congresso da Cidade, cuja segunda edição indicou a necessidade da elaboração de um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. A terceira edição ocorreu em maio do ano passado.

A continuidade de determinadas linhas políticas essenciais é assegurada a partir da matriz tributária apresentada pelo governo ao Conselho do OP, garantiu Verle, mantendo-se e aperfeiçoando-se prioridades, ao longo dos anos. Como exemplo, mencionou o fato de que, desde o início do OP, em nenhum momento a pavimentação de ruas ficou abaixo do terceiro lugar entre as prioridades.

A indagação da professora Rita Maria Carnevale, representante da SBPC no Consun, a respeito dos procedimentos para informação e atualização, tanto de técnicos, quando de conselheiros - Verle respondeu que a matriz orçamentária inclui proposta do governo para aperfeiçoamento do quadro técnico e também são previstos cursos de qualificação para conselheiros e delegados do OP.

Sobre a questão da institucionalização do OP - levantada pela reitora Wrana Panizzi - o vice-prefeito disse que o artigo 116, parágrafo primeiro, da Lei Orgânica do Município ampara essa prática decisória, de maneira genérica. Anualmente, acrescentou Verle, há algum tipo de atualização no regimento interno do OP. Se fosse convertido em lei, isso não seria possível.

As reuniões do OP são frequentadas predominantemente por mulheres (53%); pobres (com renda até cinco salários mínimos); com pouca instrução (1º grau incompleto) e ocupação informal. Nas plenárias temáticas, há um aumento de participantes com renda média maior. (AROK)



ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES
GRUPO MONTEVIDEO

Em uma década de atividades, a AUGM realizou mais de uma centena de cursos, seminários e conferências; publicou documentos, livros e revistas; promoveu o intercâmbio de professores, pesquisadores e alunos, impulsionou projetos de pesquisa conjuntos e promoveu a defesa de mais investimentos públicos na educação superior e em ciência e tecnologia

A Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) completa dez anos em agosto. A entidade, da qual a UFRGS faz parte, é precursora da integração na área acadêmica do Mercosul, reunindo 15 universidades públicas da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile. Desde a sua fundação, em 9 de agosto de 1991, vem trabalhando para a consolidação e o fortalecimento de um espaço acadêmico regional comum, através da cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural. Hoje, seu universo envolve uma população universitária de mais de 500 mil estudantes e cerca de 50 mil docentes e pesquisadores.

"A nossa maior conquista nesses dez anos foi fazer com que as lideranças universitárias regionais compreendessem a importância da integração, que é muito mais que cooperação", avalia o ex-reitor da Universidade La República, Jorge Brovotto, secretário executivo da AUGM e um dos seus fundadores e principal liderança. Para ele, "a integração não é um grau avançado da cooperação, mas é a incorporação da riqueza de cada um ao conjunto".

Brovotto ressalta também o papel protagônico da AUGM em nível mundial, pela sua defesa de mais investimentos públicos em educação, ciência e tecnologia. "Estamos na chamada época da sociedade do conhecimento. Somente se desenvolvermos o conhecimento, é que poderemos chegar à independência, num mundo globalizado. O desenvolvimento acadêmico também envolve o trabalho para a conscientização dos nossos governantes sobre o papel do conhecimento", argumenta.

Essa dimensão política das atividades da AUGM tem suas razões. Segundo Brovotto, a América Latina continua sendo a região do planeta cujos governos menos investem em educação superior e menos recursos dedicam à ciência e tecnologia. "Por isso, seguiremos lutando nessa linha, que a própria Conferência Mundial de Educação Superior da Unesco, em 1998, assinalou, sobre a responsabilidade dos governos no investimento em educação, ciência e tecnologia".

Vários eventos programados ao longo do ano, em todas as universidades membros, vão marcar os dez anos de existência da entidade. A XXX Reunião de Reitores da AUGM, em Montevideo, no dia 9 de agosto, terá caráter festivo e contará com a presença do presidente do Uruguai, ministros e embaixadores dos países da região. Na ocasião, haverá o lançamento de uma publicação com a história da AUGM e de uma declaração conjunta de reitores. Também será aberto o seminário "Caminhos da Integração Acadêmica", na Universidade La República.

As comemorações terão seu ponto alto com a realização da III Conferência Ibero-Americana de Reitores de Universidades Públicas, de 26 a 28 de outubro, em Porto Alegre, nas dependências da UFRGS. A reunião estará integrada à programação do Fórum Mundial de Educação, que também ocorrerá em outubro, em Porto Alegre, ampliando a temática educativa do recente Fórum Social Mundial.

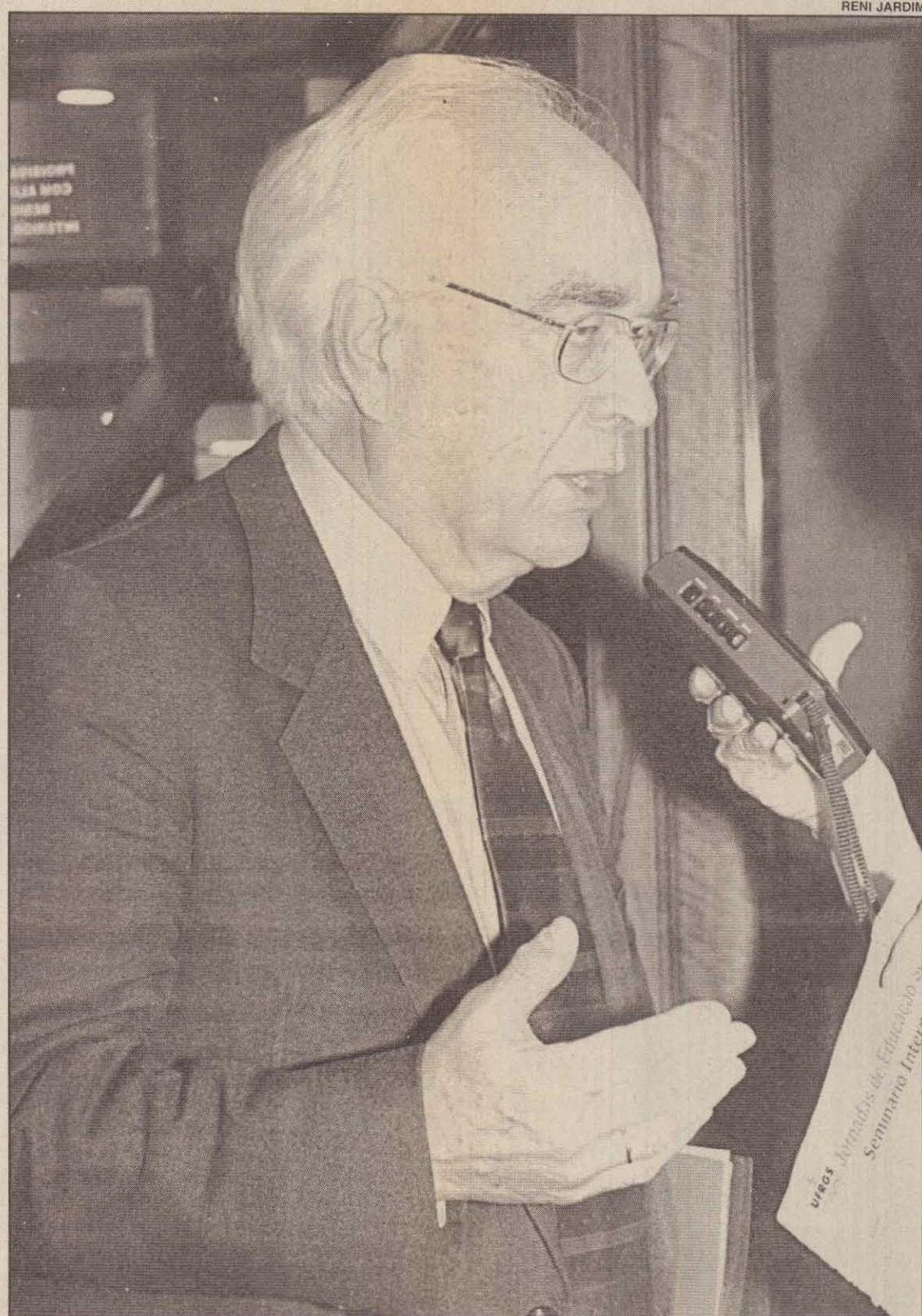
Ainda estão incluídos na programação comemorativa dos dez anos da AUGM: as Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM, na Universidade Nacional de Rosário, Argentina, de 12 a 14 de setembro; o Seminário Internacional de Ciências Políticas, na UFRGS, de 4 a 6 de outubro; o Seminário Regional Cultura de Paz, na Universidade Nacional de La Plata, Argentina, em setembro; e as Jornadas Científicas da AUGM sobre Meio-Ambiente, na Universidade de Campinas, São Paulo, de 28 a 31 de outubro. A Universidade de Buenos Aires integrará este festejo aos que realizará por motivo de seu 180º aniversário de fundação.

HISTÓRIA

A história da AUGM começou em 9 de agosto de 1991, quando oito universidades dos quatro países do Mercosul, identificadas por seu caráter público, proximidade geográfica, semelhança de vocação e de estruturas acadêmicas e pela equivalência dos níveis de serviço, reuniram-se em Montevideo e assinaram a ata de intenção de fundação da entidade. A proposta de criação de um organismo de cooperação interinstitucional para o desenvolvimento auto-sustentado havia sido formulada um ano antes, pela Universidade La República, do Uruguai.

Entre as signatárias estavam cinco universidades da Argentina (Universidade de Buenos Aires, Universidade Nacional de Entre Rios, Universidade Nacional de La Plata, Universidade Nacional do Litoral e Universidade Nacional de Rosário); uma do Paraguai (Universidade Nacional de Asunción); uma do Brasil (Universidade Federal de Santa Maria); e a Universidade La República, do Uruguai.

Cooperação entre universidades constrói a integração acadêmica no Mercosul



RENI JARDIM

Compõem hoje a Associação de Universidades Grupo Montevideo:

ARGENTINA

- *Universidade de Buenos Aires (UBA)
- *Universidade Nacional de Entre Rios (UNER)
- *Universidade Nacional do Litoral (UNL)
- *Universidade Nacional de La Plata (UNLP)
- *Universidade Nacional de Rosário (UNR)
- *Universidade Nacional de Córdoba

BRASIL

- *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- *Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
- *Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- *Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
- *Universidade Federal do Paraná (UFPR)
- *Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

CHILE

- *Universidade de Santiago de Chile (USACH)

PARAGUAI

- *Universidade Nacional de Asunción (UNA)

URUGUAI

- *Universidade La República

Desde o começo, os órgãos diretivos da entidade - o Conselho de Reitores e a Secretaria Executiva - impulsionaram ciclos de atividades intensivas e regulares. Os primeiros contatos e intercâmbios acadêmicos começaram com temas envolvendo matemática aplicada, microeletrônica, desenvolvimento rural, educação para a integração, entre outros. Logo confirmaram-se as identidades comuns e a visão de que enfrentavam uma problemática que se repetia com a mesma característica em todos os países da região.

A UFRGS ingressou no Grupo Montevideo em 1993 e, desde então, tem participado ativamente de todos os empreendimentos da associação, seja em nível executivo ou acadêmico. A reitora Wra-na Maria Panizzi representou a AUGM em dois fóruns internacionais da Unesco: na Conferência Mundial sobre Educação Superior, em 1998, em Paris; e na Conferência Mundial Ciência para o século XXI, em 1999, em Budapeste.

Em sua trajetória de dez anos, a AUGM realizou mais de uma centena de eventos acadêmicos na região, tais como cursos, reuniões de trabalho, seminários, conferências e encontros; publicou documentos, livros e revistas; propiciou o intercâmbio de alunos, professores e pesquisadores; e fomentou projetos de pesquisa conjuntos.

Essas atividades de cooperação têm sido desenvolvidas através do Programa de Criação de um Espaço Comum Acadêmico Regional - que integra Comitês Acadêmicos e Núcleos Disciplinares, com representantes de todas as universidades; do Programa de Mobilidade Acadêmica; das Cátedras da Unesco; e das Jornadas de Jovens Pesquisadores.

O trabalho conjunto entre Núcleo e Comitês tem viabilizado iniciativas como o desenvolvimento do primeiro circuito integrado (*microchip*) de aplicação específica, cujos protótipos foram fabricados e experimentados com a participação das universidades da AUGM; o projeto interdisciplinar de pesquisa sobre "Atividade Antiviral de Plantas da Região"; e o projeto de pesquisa

"Variabilidade Climática do Sudeste da América do Sul e suas Implicações na Agricultura e nos Recursos Hídricos".

Já o Programa de Mobilidade Acadêmica, financiado parcialmente pela Unesco, tem permitido o intercâmbio de docentes e pesquisadores entre as universidades membros, com mais de 400 participantes, desde a sua implantação. As Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM realizadas desde 1993, mobilizam entre 200 e 300 acadêmicos anualmente, promovendo a perspectiva de relacionamento e de trabalho conjunto entre eles.

TEMÁTICAS ESTRATÉGICAS

Grande parte das atividades desenvolvidas pela AUGM passa pelos Comitês Acadêmicos e Núcleos Disciplinares. Os Comitês Acadêmicos são órgãos técnicos que se ocupam, com enfoque multi e interdisciplinar, de grandes configurações temáticas estratégicas para a região. No momento, estão em funcionamento sete comitês:

- *Meio Ambiente (coordenado pela Universidade Nacional de La Plata, Argentina);
- *Água como Recurso Regional (coordenado pela Universidade de Buenos Aires);
- *Desenvolvimento Regional-Rural e Urbano (coordenado pela Universidade Nacional del Litoral, Argentina);
- *Saúde Humana e Animal (coordenado pela Universidade La República, do Uruguai);
- *Ciências Políticas e Sociais (coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul);

*Desenvolvimento Tecnológico (coordenado pela Universidade Nacional de Rosário, Argentina);

*Cultura (coordenado pela Universidade Nacional de Rosário, Argentina).

Os Núcleos Disciplinares são formados em torno de uma disciplina de interesse comum, para os quais cada universidade disponibiliza pessoal de alta qualificação e recursos materiais, com a finalidade de desenvolver atividades científicas, técnicas, docentes, de extensão, entre outras.

Estão constituídos 12 núcleos:

- *Ciência e Engenharia de Materiais (coordenado pela Universidade Federal de São Carlos);
- *Educação para Integração (coordenado pela Universidade Nacional de Entre Rios, Argentina);
- *Produtos Naturais Bioativos e suas Aplicações (coordenado pela Universidade Nacional de Asunción, Paraguai);
- *Matemática Aplicada (coordenado pela Universidade de Buenos Aires);
- *Virologia Molecular (coordenado pela Universidade La República, Uruguai);
- *Sensoriamento Remoto e Meteorologia Aplicada (coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul);
- *Redes Acadêmicas (coordenado pela Universidade Nacional de La Plata, Argentina);
- *Microeletrônica (coordenado pela Universidade Nacional de Rosário, Argentina);
- *Planejamento Estratégico e Gestão Universitária (coordenado pela Universidade Nacional do Litoral, Santa Fé, Argentina);
- *Química Fina (coordenado pela Universidade Federal de Santa Maria, RS);
- *Engenharia Mecânica e da Produção (coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina);
- *Avaliação Institucional (coordenado pela Universidade Federal do Paraná).

CÁTEDRAS UNESCO

Através de acordos com a Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco), estão em execução em universidades da AUGM seis Cátedras Unesco. As Cátedras são unidades de ensino e pesquisa de alto nível, cujo funcionamento é apoiado financeiramente pela Unesco.

As cátedras envolvem os seguintes temas:

- *Microeletrônica - coordenada pela Universidade Nacional de Rosário, Argentina;
- *Ecologia e Meio Ambiente - coordenada pela Universidade Nacional de La Plata;
- *Cultura da Paz - coordenada pela Universidade Federal do Paraná;
- *Novas Técnicas de Ensino e Inovação Pedagógica - coordenada pela Universidade La República, Uruguai;
- *Ciências Básicas Ambientais - coordenada pela Universidade Nacional de Asunción.

Da Unesco, aliás, vieram os primeiros auxílios financeiros, para criação e consolidação de vários programas da AUGM. Dentre os órgãos que aportaram recursos estão: a Divisão de Educação Superior, com sede em Paris; o Escritório Regional de Ciência e Tecnologia para a América Latina e o Caribe, com sede em Montevideo; o Instituto Regional para a Educação Superior da América Latina e o Caribe, com sede em Caracas; e o Escritório Regional para a Educação na América Latina e o Caribe, com sede em Santiago do Chile.

Outras entidades internacionais e nacionais, públicas e privadas também contribuíram com a AUGM. Destacam-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; o National Research Foundation, dos Estados Unidos; o Instituto de Mudança Global; o Instituto Herbert Levy, do Jornal Gazeta Mercantil, de São Paulo; e o Instituto Max Planck de Química Biofísica - Departamento de Biologia Molecular, da Alemanha.

A AUGM também tem atuado em colaboração com o Centro Extremeño de Estudios y Cooperación con Iberoamérica, da Espanha, na organização de eventos, realização de cursos e publicações, em razão da coincidência de objetivos e enfoques.(AROK)

Intercâmbio de alunos começa no 2º semestre

A partir do segundo semestre deste ano, a UFRGS começa o intercâmbio de estudantes de graduação através do Programa Escala. Alunos da Universidade poderão cursar um semestre em universidades da AUGM na Argentina, Paraguai e Uruguai, com o aproveitamento dos estudos feitos em seu currículo escolar. O principal requisito para entrar no programa é estar envolvido em atividades de pesquisa, mesmo que não seja com bolsa.

A Universidade também passará a receber estudantes da região e, para tanto, está promovendo uma campanha para cadastrar interessados em oferecer hospedagem aos visitantes. Os alunos estrangeiros participantes do intercâmbio se integrarão a grupos de pesquisa em áreas consolidadas.

Por sua vez, o XIII Salão de Iniciação Científica da UFRGS, de 22 a 26 de outubro, receberá, pela primeira vez, trabalhos de alunos de universidades do Mercosul, como modo de fomentar ainda mais, a integração acadêmica na região. Nas Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM, realizadas anualmente, tem participado uma média de 20 a 25 alunos da Universidade. Em 2001, 24 trabalhos foram aprovados, de 8 diferentes áreas, os quais terão o apoio da Propeq para participar do evento em Rosário, Argentina.

Desde o ano passado, o Programa de Mobilidade Acadêmica da UFRGS, envolvendo alunos, professores e funcionários, vem facilitando a participação em eventos acadêmicos no Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Bolívia. Cerca de 200 integrantes da comunidade da UFRGS terão sido beneficiados até o final de 2001.



Argentina agoniza e abala economia brasileira

●ELIANA RAFFAELLI
Jornalista

A pujança que marcou a Argentina na primeira metade do século XX, quando chegou a figurar entre as oito principais economias mundiais, hoje é uma lembrança distante. O país com 38 milhões habitantes dá agora os últimos suspiros, antes de assumir oficialmente que não tem mais condições de honrar seus compromissos externos. Enquanto isso não ocorre, outras economias emergentes, algumas melhor estruturadas e outras ainda mais frágeis, estão sendo contagiadas por este clima de instabilidade.



Domingo Cavallo (D) e Fernando De la Rúa não contornam a crise e 10 milhões de argentinos estão abaixo da linha de pobreza

Argentina está falida e o que está se tentando fazer é dar uma sobrevida ao país com esta série de medidas anunciadas a cada semana", afirma Fernando Ferrari Filho, professor do Departamento de Economia e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em referência ao corte nos salários do funcionalismo, criação de novos tributos e aumento das alíquotas dos impostos existentes, entre outras medidas lançadas recentemente. Além do déficit interno, a Argentina alimenta uma dívida de US\$ 140 bilhões com credores externos, o que corresponde a 51% do seu Produto Interno Bruto (PIB).

Opinião semelhante tem o chefe do Departamento de Economia da UFRGS, Luiz Alberto Miranda. "A Argentina está quebrada. Apenas não foi ainda declarada sua falência". Para ele, a única forma de o país continuar existindo é por meio da ajuda internacional, semelhante ao apoio que é prestado a países devastados por guerras. "O mais dramático é que mesmo sendo auto-suficiente em energia e alimentos, a Argentina conseguiu ser arrebentada pela política de subordinação irrisória à lógica do capital financeiro internacional, mediada pela tecnocracia ortodoxa do FMI", diz Miranda.

Tal política levou ao chamado Plano de Conversibilidade, criado em 1991 pelo ministro da Economia, Domingo Cavallo (hoje novamente à frente do cargo), e que instituiu sob a forma de preceito constitucional um peso teria o mesmo valor de um dólar. "Eles acabaram com a inflação, mas com uma overdose de antibióticos que está matando o doente". Miranda destaca que a paridade peso-dólar criou uma situação artificial, que fragilizou a economia e levou ao agravamento da crise.

A situação é mesmo dramática. Cerca de 10 milhões dos 38 milhões de argentinos vivem hoje abaixo da linha de pobreza, isto é, em situação de absoluta miséria. Na Grande Buenos Aires, este índice é de 37%, quase 60% superior à taxa de pobreza verificada em 1994. O desemprego atinge 16% da população economicamente ativa, ou seja, das pessoas aptas e em idade de trabalhar. Se forem consideradas as que têm sua fonte de renda em trabalhos precários, este índice sobe para 30%.

Fernando Ferrari Filho vislumbra duas saídas para o país: a desvalorização do câmbio associada à declaração de moratória da dívida externa e a dolarização. "Se a Argentina assumir o estado de inadimplência, o Fundo Monetário Internacional (FMI) vai injetar recursos para que o país saia desta situação. Ninguém quer que a Argentina perca em crise pois, caso contrário, não conseguirá ser ressarcido dos empréstimos passados", diz Ferrari.

Entretanto, o próprio economista pondera que o remédio não é tão simples. "Se declarar a moratória, será preciso desvalorizar o câmbio para recuperar a competitividade perdida e sair da recessão". Só que como um peso vale um dólar há 10 anos na Argentina, grande parte do empresariado tomou empréstimos no exterior. Neste sentido, a desvalorização representaria uma quebra de generalizada das empresas, já fragilizadas pela crise continuada. "A Argentina vive um dilema. Tem receio de decretar a moratória porque a condição para o FMI e para a Comunidade Européia depositar confiança no país e emprestar mais é que ocorra a desvalorização do câmbio", diz Ferrari.

Outra opção seria a dolarização, isto é, a adoção do dólar como moeda de curso legal no país. "Para a Argentina, esta seria a melhor das situações. Mas os Estados Unidos não querem que a Argentina esteja no Nafta ou na Alca sem o Brasil", afirma o economista, em referência ao acordo de livre comércio dos países da América do Norte (Nafta) e ao projeto para criação de uma área de livre comércio das Américas (Alca).

Em contrapartida, Luiz Miranda considera que a moratória não resolveria o caso, pois o país não tem um projeto social, um projeto de investimentos, definindo quais setores devem ser priorizados ou quem vai financiar esta recuperação. "Alegar apenas que não tem condições de pagar as dívidas e ficar de joelhos rezando para o deus mercado fazer alguma coisa é calote e não moratória". O professor acredita que no momento em que cessar a ajuda externa, a Argentina terá de desvalorizar a sua moeda. "O problema é que quanto mais demorar para fazer isso, maior terá de ser a desvalorização e maior será a pressão inflacionária".

EFEITOS PARA O BRASIL

A agonia por que vem passando a economia argentina não fica restrita ao país. O chamado Efeito Tango está atuando com força no Brasil e os primeiros passos da dança se fizeram presentes no câmbio. O dólar saiu do patamar de R\$ 2,20 há cerca de três meses e atingiu 7 cotações superiores a R\$ 2,60. Como consequência, os índices de preços estão pressionados, ameaçando as metas de inflação acertadas com o FMI.



Para conter a alta dos preços, o governo está aumentando os juros, o que inviabiliza novos investimentos e interrompe a trajetória ascendente que vinha sendo traçada pela economia brasileira. As previsões feitas no início de 2001 de que o PIB brasileiro crescerá entre 4% e 4,5% foram por água abaixo. Hoje, empresários e analistas se dão por satisfeitos caso o PIB aumente 2%. Com a desaceleração da atividade, influenciada também pelo racionamento de energia elétrica que iniciou em junho nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, a taxa de desemprego tende a subir novamente.

Este cenário sombrio poderia ser ainda pior para o Brasil. "Não temos uma crise mais contundente, porque o Governo desvalorizou o câmbio em 1999 e não estamos tendo fuga de capitais", afirma Fernando Ferrari Filho. Outro aspecto que torna a situação brasileira mais confortável é o superávit fiscal que vem sendo obtido às custas de um arrocho fiscal sem precedentes, com corte nos gastos em custeio e com aumento da carga tributária. No início do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, a carga tributária correspondia a 26% do PIB. Hoje, o peso dos tributos chega a 33% do PIB, um aumento de quase 30%. "O preço do superávit fiscal está sendo o desmantelamento do serviço público e o sufocamento da atividade produtiva".

Apesar de estar melhor amparado, o Brasil está sentindo e deve sofrer ainda mais com a crise no país vizinho. A Argentina é o segundo maior mercado para os produtos brasileiros, tendo comprado no ano passado US\$ 6,23 bilhões de empresas nacionais, sobretudo, de bens industrializados, valor que corresponde a 11% do total exportado pelo Brasil. Ao longo da década de 90, com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o comércio entre Brasil e Argentina cresceu sete vezes, passando de US\$ 2,04 bilhões em 1990 para US\$ 14,97 bilhões em 1997, cifra que caiu para US\$ 13,07 bilhões no ano passado.

ORIGENS DA CRISE

As origens da crise que hoje abala a Argentina não são recentes. Suas raízes estão nos governos autoritários da década de 70, que priorizaram o desenvolvimento de uma estrutura produtiva baseada em bens primários. Bernardo Pedro Kosacoff, professor de Economia das universidades de Buenos Aires e Quilmes, afirma que nos últimos 25 anos, a Argentina conquistou dinamismo no setor primário e na produção de recursos energéticos, além de ter desenvolvido as indústrias de insumos básicos, produtoras das chamadas commodities industriais, como petroquímicos, petróleo e papel.

Entretanto, a principal dificuldade é justamente aproveitar os recursos naturais e as matérias-primas disponíveis para produzir bens diferenciados, que incorporem maior valor. As lacunas na estrutura produtiva argentina, aliadas à dificuldade de acesso a crédito por parte das empresas, têm

impedido a criação de mais postos de trabalho e a maior inserção do país no mercado internacional.

Fora os regimes autoritários, Fernando Ferrari Filho considera que a Guerra das Malvinas, a crise das economias emergentes nos anos 80 e a natureza hiperinflacionária dos países latino-americanos levaram a Argentina à crise. Tais aspectos tiveram seus efeitos ampliados pela paridade peso-dólar. "Se por um lado a Argentina estabeleceu a paridade fixa para enfrentar a hiperinflação, por outro gerou uma série de desequilíbrios na balança de pagamentos e tirou a competitividade da produção", afirma Ferrari. A conversibilidade tornou o peso uma moeda forte, o que estimulou as importações e dificultou as exportações, causando os sucessivos déficits na balança comercial e na balança de pagamentos.

Outro ponto que ampliou a fragilidade do país vizinho foram as privatizações. "A Argentina foi o país da América Latina que levou adiante, com maior radicalidade, o processo de privatizações. Abdicou das possibilidades de ter um nível sustentável de investimentos na sua estrutura produtiva industrial e no setor primário", afirma Luiz Miranda. "Por mais ineficiente que fosse o setor estatal, o fato é que realizava investimentos e gerava renda, riqueza e empregos".

Antônio Carlos Fraquelli, economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e professor aposentado da UFRGS, afirma que as privatizações, voltadas a equilibrar as contas públicas, transferiram grande parcela da iniciativa dos investimentos para o setor privado, sendo que os valores aplicados reduziram sensivelmente após a desestatização. Entre 1961 e 1980, cita Fraquelli, a relação investimento/PIB era superior a 20%, caindo para a faixa entre 10% e 12% na década de 90.

Embora em escala menor, investimentos foram feitos em nome do aumento da produtividade. Contudo, Luiz Miranda alerta que isso não significou ampliação da eficiência e da oferta de serviços. "Cresceu a produtividade porque as companhias desempregaram trabalhadores". Além disso, os investimentos para substituição dos equipamentos antigos por mais modernos não causaram apenas o aumento da produtividade, mas também da rentabilidade e da concentração de renda.

No Brasil, o processo de privatizações seguiu a mesma lógica, mas não foi tão aprofundado devido à existência de forças políticas de oposição, bem como sindicatos patronais e de trabalhadores, organizados para evitar que as privatizações fugissem ao controle da sociedade. "Mesmo setores identificados com as propostas neoliberais, como o governo anterior do Rio Grande do Sul, que procedeu à privatização de empresas públicas, venderam as estatais, mas constituíram agências de regulação", destaca Miranda. "A barbárie do mercado no Brasil tem ares de civilização. Os efeitos das privatizações não foram tão devastadores aqui, porque a economia brasileira é mais

heterogênea e industrializada do que a argentina".

A falta de regulação dos serviços privatizados ou concedidos na Argentina é apontada como entrave ao crescimento do setor pelo professor Bernardo Kosacoff, que é também diretor do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social da Argentina e pesquisador da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). "Não há marcos regulatórios que garantam o clima competitivo necessário ao desenvolvimento mais eficiente do setor. Neste sentido, há um longo caminho a ser percorrido", afirma. "É verdade que os serviços privatizados são mais eficientes do que há 10 anos. Porém, na comparação com companhias internacionais, observa-se a ausência de práticas mais competitivas e um nível bem mais elevado no preço das tarifas", diz Kosacoff.

Para completar o quadro que ocasionou a derrocada do país vizinho, houve a conjugação de uma série de fatores externos. A desvalorização da moeda brasileira em 1999, a estagnação japonesa e a queda na atividade norte-americana neste ano aceleraram a deterioração da economia argentina, que perdeu ainda mais competitividade. Como resultado, o país mergulhou nos últimos três anos em um processo recessivo, substituindo o ritmo de crescimento médio de 5% ao ano que marcou a década de 90. Em 1999, o PIB caiu 3,9%. No ano passado a queda foi de 0,5% e a previsão para este ano é de que o PIB fique estagnado.

Com o objetivo de tentar recuperar a competitividade, o Governo argentino tomou medidas desesperadas, passando por cima de acordos comerciais firmados com o Brasil e colocando em crise o Mercosul. O estabelecimento de cotas para o ingresso de alguns produtos no país, a imposição de barreiras na importação de itens de vários setores, como o calçadista e de laticínios, bem como desacertos quanto à fixação da Tarifa Externa Comum (TEC), isto é, a alíquota de importação dos países do Mercosul na compra de produtos de nações que não pertencem ao bloco, foram algumas das medidas que abalaram o acordo.

"O Mercosul é uma integração que retorna ao seu início. O acordo precisa ser repensado, ou então a ideia deve ser abandonada", afirma Fernando Ferrari Filho. Conforme o economista, o Brasil também contribuiu para esta desintegração ao desvalorizar o câmbio em 1999, quando criou barreiras, embora indiretas, tornando os produtos brasileiros mais competitivos no exterior.

Luiz Miranda atribui o abalo no Mercosul à paridade peso-dólar. "O desenvolvimento do bloco depende de vontade política. Não há possibilidade de Mercosul com a Argentina ou com qualquer outro país integrante do acordo tendo o dólar como moeda nacional, de fato ou de direito".

Mais ponderado, Antônio Carlos Fraquelli considera que o Mercosul vive um interregno. Porém, o acordo não pode ser suspenso, e sim fortalecido, pois não é possível imaginar a Argentina saindo da crise sem exportar para o Brasil, seu maior mercado, hoje absorvendo 25% de tudo que os empresários argentinos vendem no exterior. O Brasil também tem fortes relações comerciais com o país vizinho, o segundo maior parceiro comercial brasileiro, atrás apenas dos Estados Unidos. "Se forem criados obstáculos à continuidade do Mercosul, todos podem sair feridos", diz Fraquelli.

COMÉRCIO EXTERIOR

Brasil x Argentina (US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1990	645,14	1.399,68	-755
1991	1.476,17	1.614,68	-139
1992	3.039,98	1.731,63	1.308
1993	3.658,78	2.717,27	942
1994	4.135,86	3.660,03	476
1995	4.156,82	5.456,81	-1.300
1996	5.170,03	6.783,89	-1.614
1997	6.767,28	8.206,43	-1.439
1998	6.747,11	8.025,25	-1.278
1999	5.363,95	5.812,53	-449
2000	6.232,75	6.843,46	-611

Fonte: Secex
Secretaria de Comércio Exterior

RS x Argentina (US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1990	42,49	172,04	-129,56
1991	101,98	331,34	-229,37
1992	231,12	352,86	-121,74
1993	348,01	521,82	-173,81
1994	426,19	633,96	-207,77
1995	364,10	617,57	-253,47
1996	523,08	888,47	-365,39
1997	678,33	1.062,24	-383,91
1998	708,36	1.436,67	-728,31
1999	570,91	940,32	-369,41
2000	661,09	1.274,95	-613,86

Fonte: Secex

TABELAS

Mercosul - Estatísticas*
Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai

População (mil)	216.558
PIB (US\$ milhões)**	1.011.338
Investimentos externos diretos (US\$ mil)	32.275
Exportações (US\$ milhões)	84.604
Importações (US\$ milhões)	89.716
Exportações intra-Mercosul (US\$ milhões)	17.711

* Dados referentes a 2000 - Estimativa

** Dado de 1999

Fonte: Aladi

ANDREW SIMPSON

“O grande mistério da vida só está começando a aparecer”

Autor de mais de 100 publicações na área de parasitologia, o professor inglês radicado no Brasil Andrew Simpson coordena vários projetos de pesquisa nesta área, entre eles o projeto Genoma Humano – Câncer (Fapes/Ludwig Institute for Cancer Research) e Projeto Genoma – CNPq. Ele veio a Porto Alegre proferir conferência sobre o assunto em nossa Universidade e foi entrevistado por Clovis Ott e Ida Stigger, do JU, com a participação do pró-reitor de Pesquisa, Carlos Alexandre Netto, e do diretor do Centro de Biotecnologia, Arnaldo Zaha. Como cientista, Simpson ficou motivado com o que encontrou por aqui. É confessa: “A grande diferença para mim, na vida pessoal e no laboratório, é que o número de estudantes entusiasmados, com talento, que querem trabalhar é muito maior do que na Inglaterra. Nada melhor para alguém do que ter pessoas jovens em volta, transmitindo seu amor a vida, seu entusiasmo. Essa foi a grande diferença que me induziu a ficar no Brasil.”

Jornal da Universidade – Qual é a importância dos projetos genoma para o desenvolvimento científico do Brasil?

Andrew Simpson – Há vários níveis de importância. Primeiro, dentro da estrutura da biologia, o conhecimento do genoma está se tornando uma atividade central. Quando se começa a conhecer um genoma inteiro de um organismo muda toda a pesquisa feita em relação àquele organismo, porque se tira os mistérios, as áreas desconhecidas, e se trabalha em um universo muito mais definido. Isso faz diferença. Por exemplo: pegue-se um organismo patógeno para criar a melhor vacina possível. Numa

JU – Esta interação da qual o senhor fala se estende a outros setores, menos acadêmicos e mais práticos?

AS – Isso também é de importância para o Brasil: aumentou a interação com a indústria. A ciência, além de ser uma atividade que gera informação, tem que ser uma atividade que ajude, diretamente, no desenvolvimento do país. A grande falha na ciência brasileira é que ela não está presente dentro de instituições privadas. A pesquisa em indústrias é muito limitada no país. Uma maneira para reverter esta deficiência é obter mais investimentos das indústrias em pesquisas acadêmicas, o que, atualmente, é pouco. Em São Paulo, pelo menos, tem havido um investimento do setor que vai se beneficiar. Se existe um projeto grande no qual a Fapesp já está colocando milhões de dólares, por si só isso já é um aval de qualidade que induz a indústria a investir. Mas se alguém, sozinho, pedir um milhão de dólares não conseguirá porque não transmite a confiança de que chegará alguma coisa. A montagem de projetos maiores já com o aval de qualidade, em termos de agências de fomento, permite esse tipo de interação. É uma atividade que, pela maneira como é feita no Brasil, tem importância em vários níveis.

percuções e a importância desse projeto?

AS – É um projeto muito importante para mim, pessoalmente. A minha visão é que fazer o sequenciamento da *Xylella fastidiosa* foi um desafio. De uma certa maneira, o que a gente fez foi aplicar técnicas conhecidas em uma área um pouco diferente. Coisa que ninguém fez até o momento. Mas é inédito um país como o Brasil ter a coragem de entrar na área mais competitiva do mundo – a área do genoma humano. Neste caso, para entrar, competir e sair com um certo destaque, não foi simplesmente fazer. Tivemos que fazer algo novo.

Houve uma abordagem de sequenciamento de genes expressos de uma forma um pouco diversa da desenvolvida no Brasil por um estudante ‘meu’, o Neto. Nos permitiu, pelo menos, dar uma contribuição para o conhecimento do genoma humano diferente do resto do mundo.

JU – E qual é essa diferença em relação ao “resto do mundo”?

AS – É, basicamente, a maneira que a gente conhece, mas com uma diferença técnica: uma maneira mais eficiente de acessar a parte crucial do genoma, que é a parte que codifica a proteína. E deu certo. Já produzimos mais de 25% da toda a informação disponível no mundo sobre os genes dentro do genoma humano, o que também estimulou, em São Paulo, uma pesquisa muito mais forte na área do câncer, a doença cujo estudo do mais será beneficiado com o conhecimento sobre o genoma humano. O câncer é uma doença genética, causada por disfunção dos genes específicos, e não se teve tempo ainda de analisar os nossos resultados. Mas, pelo número de e-mails do mundo inteiro, todos os dados



JU – O projeto da *Xylella fastidiosa* (causadora do amarelinho na laranja) foi o primeiro sequenciamento genético realizado no Brasil e levou o país



FOTOS RENE JARDIM

JU – Por quê?

AS – Nós temos duas linhagens de células: a linhagem somática e a linhagem germinativa, que tem as células para reprodução protegidas e que se dividem menos. Essas são as mais apropriadas para a reprodução. Se começam a usar células somáticas, na minha opinião vai dar problema de alta taxa de mutação, envelhecimento precoce, problemas genéticos. Esses problemas já estão começando a aparecer com os animais. Já disse que a natureza inventou uma maneira bastante agradável para resolver este problema e não vejo muito motivo para mexer com isso. Só quando houver problema de fertilidade. A natureza não é burra e tomou certas precauções para controlar o nível de maleabilidade, o nível de mutação. É preciso lembrar disso. Na Austrália, a pesquisa ainda está em nível de ratos, e aí, questão, em princípio, é possível, sim. É só uma questão tecnológica.

JU – Quando se anunciou o sequenciamento do genoma humano, a imprensa não especializada divulgou que “estava decifrado o livro da vida” e que “o homem passava a brincar de Deus.” Até que pontos essas expressões mostram uma verdade ou facilitam a mistificação de que os cientistas descobriram o segredo proibido?

AS – Acho esses pronunciamentos errados por dois motivos. Primeiro: um ano atrás, quando foi anunciado o genoma humano – que ainda não está pronto – menos da metade estava, realmente, sequenciado em um nível correto, completo. Não é só isso. O sequenciamento do DNA humano é diferente do sequenciamento do DNA de uma bactéria. Dentro do genoma, são os genes que codificam as proteínas. O gene não faz nada. Só contém informação. Quem faz tudo é a proteína. O genoma de uma bactéria – vamos supor, da *Xylella* – tem mais ou menos três milhões de nucleotídeos e contém mais ou menos três mil genes. Um gene para cada mil nucleotídeos. Os genes são contínuos, um segue rapidamente o outro. O genoma, não. Ele é muito compacto, denso. Com a sequência do genoma, os computadores conseguem identificar os genes e extrair informações de relevância biológica. O genoma humano é mil vezes maior que o genoma de bactéria, mas só contém mais ou menos dez vezes mais genes. O genoma humano é muito vazio: 99% dele não codifica para proteínas e a sua estrutura é diferente – quebrada em pedaços pequenos. O que aconteceu com a sequência do genoma humano? Não foi possível encontrar os genes. Aí, ocorreu toda essa controvérsia: quanto genes o genoma humano tem? 20 mil, 40 mil? Não sei. Ainda não se sabe. Por isso nosso projeto é importante. Permite identificar os genes. A pesquisa que vai revelar quanto são os genes humanos está na fase final. Mas, também, a vida

“Se começam a usar células somáticas, na minha opinião vai dar problema de alta taxa de mutação, envelhecimento precoce, problemas genéticos. Esses problemas já estão começando a aparecer com os animais.”

JU – Como o senhor vê a recente descoberta de fertilização de um óvulo sem a participação do espermatozóide, feita há dias na Austrália? Funciona, mesmo? Como?

AS – Funciona sim. Em princípio, o que se precisa é do ambiente de um óvulo com pares de cromossomos. Como esses pares chegam lá? A natureza descobriu uma maneira (bastante agradável) que é através do espermatozóide, nadando até este óvulo para se fundir com ele. Pode – se colocar esses cromossomos no óvulo de outras maneiras. O problema com a clonagem e a fertilização desse tipo, é a origem da célula que você usa. Mas há

outras preocupações. Porque fumar envelhece? Envelhece por causa de uma degradação gradual do nosso genoma. Se você pegar uma célula minha qualquer e a usar para fertilizar um óvulo não será uma boa idéia, porque a criança vai nascer com defeitos em número maior do que o normal.

JU – Então, em vez de estar resolvido, o tal “mistério da vida” apenas começa a aparecer, não?

AS – Sim. O grande mistério da vida, para nós, só está começando a aparecer. Por exemplo: parece que não há nenhum gene no nosso genoma que também não exista no genoma do chimpanzé. Mas, eu não sou um chimpanzé. Então, qual é a diferença? Há muito mistério para ser entendido. O que é, exatamente, uma pessoa? É o produto do genoma e da interação com o ambiente, dos dois lados. Não entender um genoma significa não entender a pessoa. Essa tendência de reduzir tudo para uma sequência de DNA causa muito mais confusão.

JU – Tudo na vida depende dos custos. É evidente que as pesquisas e os estudos nesta área são caríssimos. Como uma universidade pública, com todos os problemas financeiros e econômicos que enfrenta apenas para se manter, pode se atrever a entrar num trabalho desse porte?

AS – Entra como está fazendo. Quando se tem uma situação onde a verba é escassa, é mais importante ainda fazer projetos desse tipo. Por quê? Se todos rece-

berem um recurso limitado e gastam de maneiras diferentes, o resultado no final é muito disperso. É difícil perceber qualquer contribuição. Mas, quando se focaliza um objetivo, se trabalha junto, o recurso rende e isso tem um resultado importante para a pátria. O estudo do genoma não é caro se tiver muitas pessoas envolvidas.

JU – Quais são as escolhas que devem ser feitas para um bom emprego do dinheiro nesta área?

AS – Tem que escolher. Se há dinheiro para se resolver uma coisa, então vamos resolver esta coisa, ao invés de não resolver nada, se quisermos fazer tudo ao mesmo tempo. Sei que aqui no Sul o Arnaldo (Zaha) e seus colegas estão planejando um excelente projeto do genoma. Tive o privilégio de ver as idéias. Achei excelente. Pega problemas da indústria local e pode ser aplicado à tecnologia que estamos adquirindo. Fortalecerá as indústrias, gerará mais empregos, criará mais impostos. Cada lugar do Brasil terá problemas diferentes. Não acredito em tentar planejar de-



mais a vida nem a ciência. Acho que, primeiro, se faz uma coisa. Se está bem feita, se faz a próxima. Você falou sobre as escolhas? Eu não sei quais são, mas sei que tem que se escolher. É um sinal de maturidade do Brasil, que começa a fazer isso.

de como acessar, de como atender. Acredito que, hoje, alguém que entenda inglês, tem computador e uma base de biologia pode fazer pesquisa sobre o genoma humano, se realmente quiser. Quem não está fazendo é porque, por algum motivo, não quer.

JU – O senhor acredita que nós já alcançamos essa maturidade?

JU – O senhor falou há pouco da sua formação, quando não havia nem um gen clonado ainda. Sendo inglês, como se deu a sua opção pelo Brasil e a mudança das suas atenções, da parasitologia para o genoma do câncer e outros.

“Foi um projeto que abriu portas, elevou o nome do Brasil e estimulou uma pesquisa muito mais audaciosa na área do genoma humano.”

AS – Eu vim para cá porque queria viver num clima mais quente. A ciência é uma das atividades mais globalizadas. É muito difícil, por exemplo, um advogado formado no Brasil decidir advogar na Inglaterra. Ele tem que estudar tudo de novo. Em ciência, se você tem doutorado pode ser cientista onde quiser. Tem as leis de emigração, mas a profissão é reconhecida. Quando eu vim para cá, tive que revalidar a minha tese. Mas foi, simplesmente, entregá-la para a Universidade para alguém avaliar e ver o nível que seria dado ao meu doutorado no Brasil. Foi uma coisa, aparentemente, simples. A partir daí, tenho toda a liberdade para ficar na profissão. Tem brasileiros que saem do Brasil e que ficam nos Estados Unidos e Inglaterra. De vez em quando, tem ingleses e norte-americanos que vêm

AS – Sim. Por exemplo, quando foi estabelecido o projeto nacional, só 25 grupos foram escolhidos. Foi uma escolha difícil. Quem não conseguiu entrar ficou decepcionado. Teve repercussão. Se fôssemos dividir o dinheiro por 60 grupos, ninguém teria uma máquina de sequenciamento por que não haveria dinheiro suficiente e não sairia o projeto. Então, ficou demonstrado que se tem maturidade em assumir o risco de fazer um projeto grande e de escolher entre os grupos. Nos Estados Unidos, que é o lugar que mais produz ciência no mundo, há muita competição. Um grupo não sabe o que acontecerá de um ano até o próximo – independente de sua história – se vai ter financiamento. É brutal, é cruel, uma competição contínua. Acho isso um exagero, mas tem que haver um reconhecimento da competência. Tem que ter consequências para as pessoas que não trabalham, que não produzem. Se há uma verba e não se fez nada com ela, quem não se fez nada com ela, quem não a aproveitou não merece ter mais. Tem que haver uma escolha, qualidade e tem que fazer investimento em quem merece.

JU – Quanto às redes nacionais em sequenciamento: existe alguma experiência semelhante ocorrendo em outros países?

AS – Não. Hoje em dia, o Brasil é o único país do mundo fazendo esse tipo de organização de pesquisa. Sei que há bastante interesse em reproduzi-la em outros lugares. De vez em quando, outros países me procuram para um conselho. Em agosto, se realizará uma reunião de vários países da América Latina em São Paulo, pensando em fazer algum tipo de rede internacional no continente. Se isso vai funcionar, não sei. Mas a idéia é interessante. Por enquanto, essa é uma iniciativa única.



“Ciência, além de ser uma atividade que gera informação, tem que ser uma atividade que ajude, diretamente, no desenvolvimento do país.”

JU – Em relação à qualificação e ao tamanho da nossa comunidade da área biológica capaz de trabalhar na área do genoma: é importante investir, hoje, na formação de cientistas capazes de trabalhar com esse tipo de técnica? Essa área de genoma é relativamente recente, e a ciência biológica é relativamente antiga. Temos muitas pessoas trabalhando na área biológica que não têm preparo e, às vezes, não sabem nem acompanhar adequadamente o desenvolvimento da área...

AS – Claro que é importante formar pessoas. Acho que a comunidade científica do Brasil, que é relativamente pequena, tem que crescer. Mas também acho que a melhor maneira de aprender é fazendo. Quem aprendeu a usar a máquina de sequenciamento num tempo curto não teve nenhuma verba para treinamento. Aprendeu fazendo. No início, a qualidade de sequência é um pouco baixa, mas o projeto inteiro é uma forma de treinamento. No final você não só tem pessoas treinadas, mas tem o produto, um projeto bem feito. Então, é importante treinar a maneira de utilizar a sequência, participando da sua geração. Aprender-se como interpretar, como acessar o computador, entender o que é um gen, as limitações da sequência. A grande vantagem de fazer isso em rede é que se está educando a comunidade, simultaneamente, para aproveitar o conhecimento que está sendo gerado. O que você falou é duplamente verdade. Acho que pesquisa é uma coisa que, a cada dia, muda. Quem quer ir para frente tem que estar sempre atualizado. Não se pode ficar dependendo do que foi aprendido apenas na universidade. Quando me formei em bioquímica não havia nem um gen clonado. Então eu não aprendi nada do genoma em nenhum curso. Tudo de novo sobre o genoma está disponível na Internet e tem ferramentas fantásticas lá, instruções de como usá-las,

para cá. Por quê? O ambiente é diferente, as pessoas são diferentes, se a profissão é aberta, você pode escolher onde se sente melhor. A Europa tem características diferentes para as ciências. Tem uma ciência muito mais estável, uma comunidade muito maior, mas tem muito menos oportunidades. Aí, chego na sua segunda pergunta: estava trabalhando na área de parasita e estaria hoje trabalhando nessa área, porque lá é impossível decidir mudar de uma área para outra. Aqui, por haver uma comunidade menor, tem muito espaço. Tomei uma decisão: “vou trabalhar com o genoma humano”. E, seguindo as oportunidades, me achi, de repente, trabalhando com o genoma humano. Isso é ótimo, é a área mais emocionante e estimulante que tem para mim. Pessoas que vão para a Europa e ficam lá são pessoas que vivem numa situação estável, sabem o que vai acontecer amanhã, não têm muita surpresa, não têm grandes oportunidades. Eu nunca teria a oportunidade de coordenar três grandes projetos na Inglaterra, como fiz aqui. São projetos de ponta em qualquer país do mundo. Eu coordenei três, sou um cientista realizado porque gosto de estar em situações dinâmicas, com menos certezas, mas problemas, mas muito mais oportunidades. Vim para o Brasil, no início, por um período de seis meses. Realmente, me senti muito mais realizado aqui do que na Inglaterra, enfrentando problemas e os resolvendo. A grande diferença para mim, na vida pessoal e no laboratório, é que o número de estudantes entusiasmados e com talento, que querem trabalhar, é muito maior do que na Inglaterra. Nada melhor para alguém do que ter pessoas jovens em volta, transmitindo seu amor à vida, seu entusiasmo. Essa foi a grande diferença que me induziu a ficar aqui.

maneira tradicional começa-se a identificar antígenos. Mas, se há o genoma inteiro à disposição pode-se escolher entre todas as possibilidades e fazer a melhor escolha para diagnosticar e ter todas as informações. A pesquisa fica muito mais racional, muito mais organizada. Na biologia, ao longo do tempo, e num futuro curto, tudo vai ser ligado ao genoma. Em cinco anos, todo mundo fará pesquisas que, de uma maneira ou outra, se associarão com o genoma. Há perigo, e um erro foi feito (na Inglaterra, para ser claro): criaram um grande centro de sequenciamento de estudos do genoma. Todo o sequenciamento é feito lá dentro e todo o resto da comunidade fica de fora, esperando pelo trabalho. Inclusive as próprias ferramentas usadas para gerar as sequências – sequenciadores e a bio-informática – são as mesmas para, depois, utilizar a informação obtida. É muito melhor fazer o sequenciamento dentro da comunidade. A grande vantagem é o salto de qualidade na pesquisa, acessando tecnologia e, mais importante do que isso, acessando toda a revolução na aplicação da informática em biologia. Não é possível entender um genoma sem o uso de um computador. Outro aspecto, que para o Brasil é muito importante: o entusiasmo que permitiu o espírito de colaboração dentro da comunidade científica. Para mim, isso é super importante em uma comunidade do tamanho da brasileira.

“A natureza inventou uma maneira bastante agradável para fundir o espermatozóide e o óvulo e não vejo muito motivo para mexer com isso. Só quando tiver problemas de fertilidade.”

a um reconhecimento internacional nessa área. O senhor poderia comentar alguma coisa sobre isso e o quanto foi importante esse momento para que o Ministério de Ciência e Tecnologia resolvesse investir numa estrutura, numa rede, para realizar estudos genômicos de nível nacional?

AS – Certamente, é gratificante ter um reconhecimento internacional. A importância disso é, por enquanto, difícil de avaliar. Deverá aumentar o prestígio do Brasil no exterior. Isso influirá em vários acordos, e aparecerão pessoas tentando fechar negócios. Em termos de ciência, abriu possibilidades de mais interação em nível internacional. Interessante é que essa pesquisa feita em rede também está começando a ocorrer em nível internacional. Por exemplo: o genoma humano foi sequenciado e o Brasil não foi convidado a fazer parte disso. O que foi uma pena. Mas, a próxima etapa da investigação do genoma humano, vai ser juntar todos os genes humanos e colocar numa fórmula que produza a proteína. A coleção de todas as proteínas humanas será fundamental para descobrir novos medicamentos, diagnósticos. Isso também é um consórcio de grandes empresas farmacêuticas, grandes institutos e instituições dos Estados Unidos e da Europa. Agora, o Brasil é o único novo país a participar. Nem o Japão está envolvido. Estamos lá, não por convite, mas por causa das nossas posições. Sabemos sobre o projeto e decidimos ir lá, participar. Estou indo para a discussão do projeto. Pertencço ao comitê científico desse projeto.

JU – Este projeto é competitivo?

AS – Sim. E muito. Vai custar o total de 100 milhões de dólares. Se você tem 20 participantes, é relativamente acessível. Todos os participantes terão acesso aos resultados. Quem está fora, não. Isso abre portas para o Brasil.

JU – O senhor está também coordenando o projeto genoma câncer, em São Paulo. Quais as re-

Projeto de mapeamento de genes liga a UFRGS à rede nacional

RICARDO DE ANDRADE

●ARLETE R. DE OLIVEIRA KEMPF
Jornalista

Centro de Biotecnologia trabalha com outros laboratórios de todo o país no seqüenciamento do genoma de bactéria que pode ajudar a combater doenças e tumores

O Centro de Biotecnologia da UFRGS cumpriu, em julho, a primeira etapa de suas responsabilidades na rede virtual de laboratórios que realizam o seqüenciamento de genes da bactéria *Chromobacterium violaceum*, dentro do Projeto Genoma brasileiro. Foram geradas as 2.500 leituras de seqüências do genoma da bactéria, requeridas ao laboratório da UFRGS. Outros 25 laboratórios integrados ao projeto, em todo o Brasil, estão encarregados de tarefa idêntica. As leituras são enviadas ao Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em Petrópolis, no Rio de Janeiro, que faz o processamento das informações.

Na segunda fase do trabalho será realizada a análise das seqüências – um processo chamado anotação – para identificação dos genes e de suas funções, a parte mais demorada do projeto. O diretor do Centro de Biotecnologia e coordenador do projeto na UFRGS, professor Arnaldo Zaha, resume a relevância da pesquisa: “É importante por permitir o estabelecimento de competências nessa área no país e gerar as informações que depois podem ser utilizadas para desenvolver procedimentos e produtos que tenham impacto social e econômico. Há muitos resultados importantes que podem surgir de um projeto desse tipo”.

O seqüenciamento do genoma da *Chromobacterium violaceum* poderá ter repercussões importantes no tratamento de algumas doenças. Trata-se de uma bactéria de meio-ambiente, que ocorre com muita frequência no rio Negro, na região amazônica do Brasil. Foi escolhida porque observou-se que ela produz um pigmento chamado violaceína, com atividade contra determinados parasitas, como o *Trypanosoma cruzi*, causador da doença de Chagas. Outro produto gerado por essa bactéria tem capacidade de atuar contra alguns tipos de tumores, em experimentos realizados em ratos. Ela também é capaz de produzir polímeros, matéria prima do plástico.

Na Universidade, estão integradas ao projeto cinco equipes de pesquisadores do Centro de Biotecnologia. São lideradas pelos professores Arnaldo Zaha, João Antônio Pêgas Henriques, Tarso Kirst, Irene Schranck e Augusto Schranck. Eles deverão atuar mais diretamente na fase de anotação dos genes, onde cada equipe trabalhará de acordo com sua especialidade.

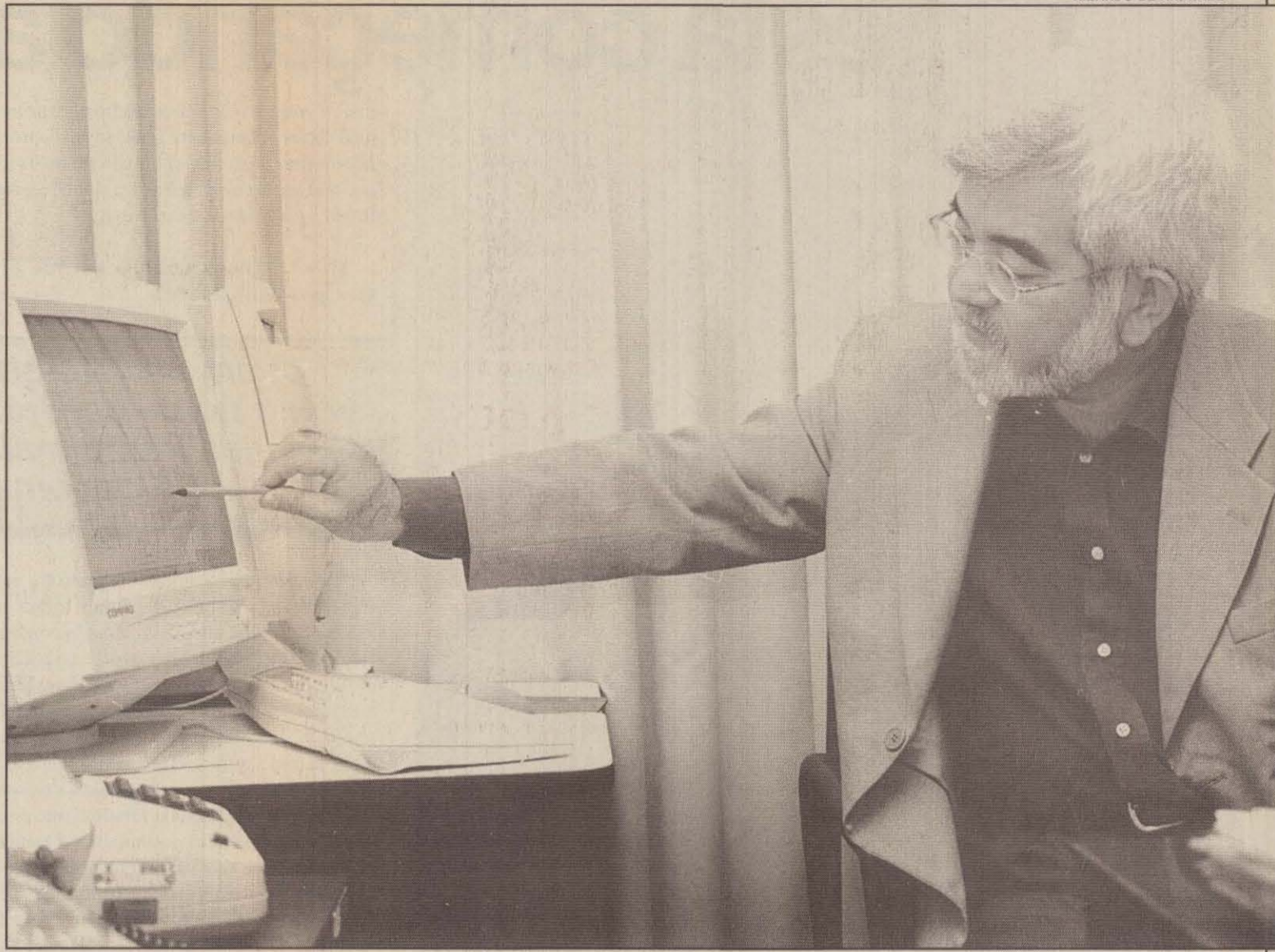
“Cada seqüência de genes tem um significado específico. Os genes codificam determinadas proteínas, que por sua vez realizam funções que são fundamentais para a célula. Na segunda etapa, nós temos de identificar quais são esses genes, quais suas possíveis funções, que proteínas codificam, qual sua importância para o tipo de bactéria que está se analisando”, explica o professor Zaha. É nessa etapa que se busca identificar, por exemplo, os genes envolvidos na reparação de DNA, na produção de proteínas, ou na duplicação de DNA. É um trabalho de especialistas, com envolvimento de um maior número de pesquisadores em todos os laboratórios da rede. “Aqui, no nosso grupo, devemos ter cerca de 15 pessoas participando na segunda fase”, contabiliza o diretor do Centro de Biotecnologia da UFRGS.

PROJETO GENOMA

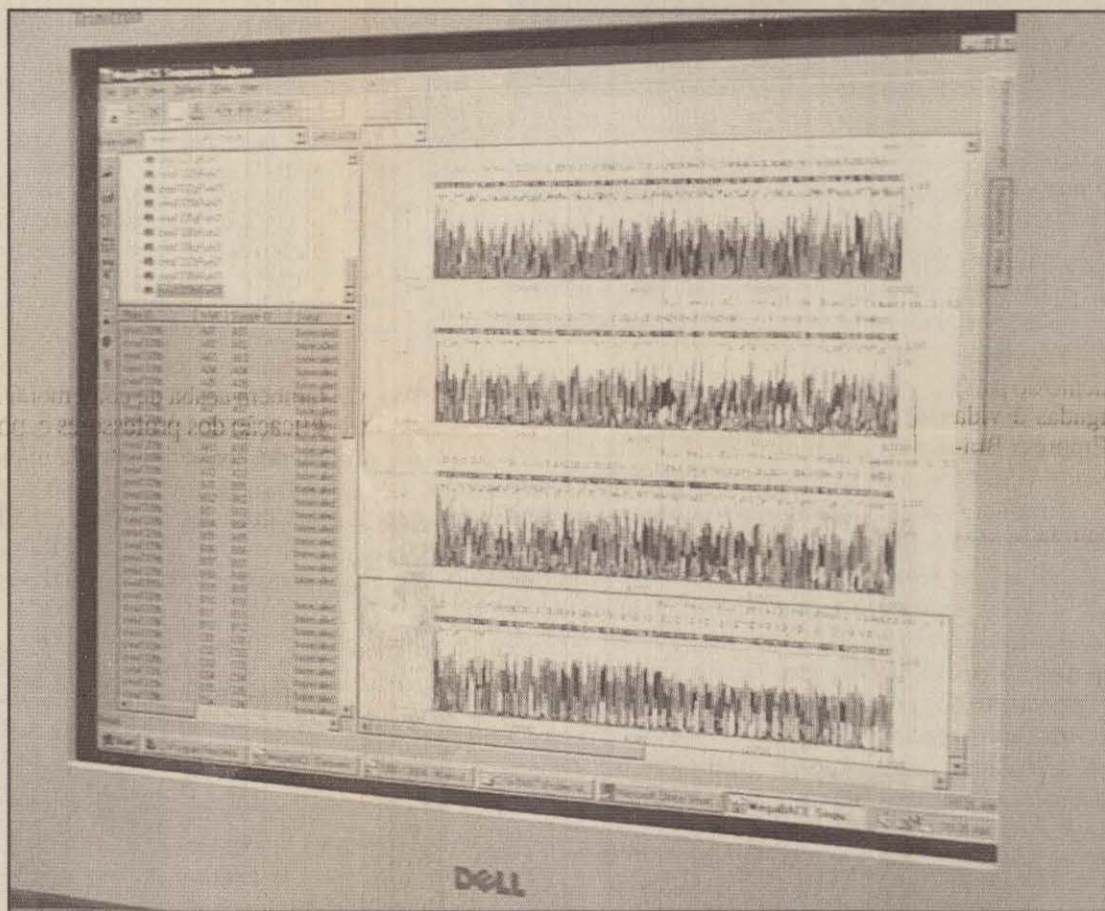
O Projeto Genoma brasileiro é uma iniciativa do Ministério de Ciência e Tecnologia. Através do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), no final do ano passado, foi lançado um edital visando a articulação de uma rede de laboratórios no país, para o seqüenciamento de genoma de bactérias.

Mais de 60 instituições apresentaram propostas, sendo 25 selecionadas. Também houve chamada para a indicação de microorganismos a serem seqüenciados – que contemplou a *Chromobacterium violaceum*, objeto de pesquisa do grupo da professora Tania Pasa, da Universidade Federal de Santa Catarina – e para a escolha do laboratório de bioinformática encarregado do processamento dos dados, a qual recaiu sobre o Laboratório Nacional de Computação Científica.

Assumiu a coordenação geral do projeto o professor Andrew Simpson, inglês radicado no Brasil, credenciado pela sua liderança e experiência na área. Ele foi coordenador do Programa Genoma, da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), que resultou no seqüenciamento do genoma da *Xylella fastidiosa*, bactéria causadora do amarelhinho da laranja, cujos estudos foram publicados em julho do ano passado. Também coordena o projeto Genoma Humano



Professor Arnaldo Zahas



Arquivo com a leitura do seqüenciamento de genes

do Câncer, desenvolvido pela Fapesp e Instituto Ludwig de Pesquisa do Câncer, de São Paulo (veja entrevista na página central do JU).

Cada laboratório participante da rede virtual recebeu equipamentos de alta qualidade – os seqüenciadores automáticos de DNA – que permitem fazer de 400 a 500 leituras de seqüências por dia. O projeto disponibilizou também toda a infra-estrutura adequada para a preparação das amostras e uma bolsa de dedicação integral para um jovem pesquisador com mestrado ou doutorado concluído na área. Foram ainda associadas bolsas de iniciação científica (consideradas bolsas de iniciação tecnológica ou industrial) para dois estudantes de graduação, que participam de todas as atividades do projeto.

Em janeiro e fevereiro deste ano, os laboratórios já estavam instalando o equipamento importado e em março, alguns já estavam trabalhando. “Esse processo, realizado pelo CNPq, foi um processo exemplar, dada a rapidez com que isso aconteceu. Um mês depois de anunciar quais eram os grupos recomendados para participar do projeto, os equipamentos já estavam sendo colocados”, comenta o professor Zaha.

INFORMAÇÃO PRECIOSA

No laboratório do Centro de Biotecnologia da UFRGS, as primeiras seqüências começaram a sair em maio. O professor Zaha utiliza uma comparação para explicar o seqüenciamento: “É como se desmanchássemos uma casa para analisar mais detalhadamente cada pedaço menor, e depois juntássemos tudo novamente. O gene é quebrado em pedaços pequenos, as seqüências são analisadas e posteriormente a junção das peças é feita no laboratório de bioinformática do LNCC”. Por meio de recursos da informática, as seqüências semelhantes são sobrepostas e as demais unidas pelas suas extremidades, quando há contigüidade – os chamados *contigs*. Quanto maior o número de leituras, mais peças vão sendo juntadas, aumentando a contigüidade, até o fechamento do círculo, pois o genoma bacteriano é

circular. Até a segunda semana de julho, a rede de laboratórios já havia realizado mais de 57 mil leituras de seqüências.

A bióloga Deise Porto Potrich, mestre em Genética e Biologia Molecular, é a bolsista responsável pela parte de preparação das amostras para análise no seqüenciador automático de DNA. Cada laboratório da rede recebe, diretamente do Laboratório de Bioquímica e de Biologia Molecular, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Jaboticabal, as placas com os clones da bactéria, em meio de cultura. As colônias de bactérias passam por procedimentos específicos para extração do DNA, o qual é, então, submetido à reação de seqüenciamento.

A máquina tem capacidade de analisar 96 amostras de cada vez, num processo que dura duas horas, chamado *corrida*, explica Deise. Os resultados da leitura podem ser acompanhados na tela do monitor do seqüenciador, que retrata em picos coloridos, os níveis alcançados. Um arquivo é gerado, registrando todos os detalhes, indicando quais os dados foram lidos com sucesso ou não. Esse arquivo com 96 seqüências é compactado e enviado diretamente para o laboratório de bioinformática, no Rio de Janeiro.

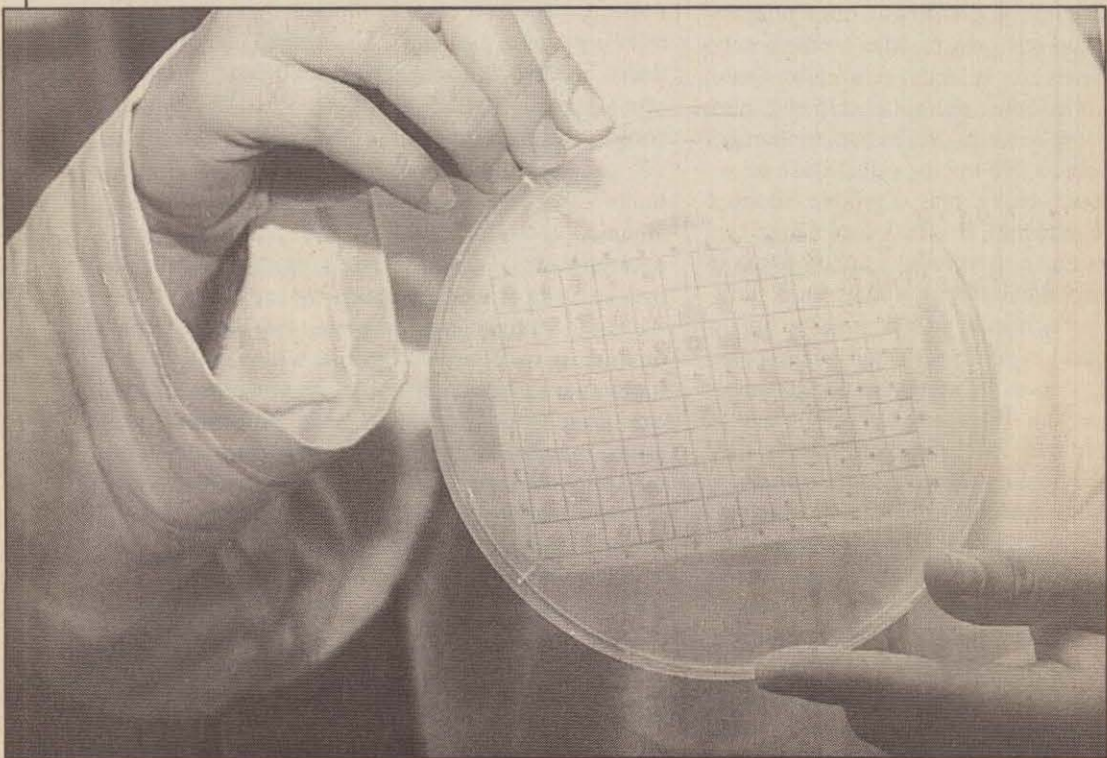
“As seqüências são armazenadas em um banco de dados. A análise posterior é que vai dizer que tipo de gene contém esse clone individual. Se é um gene de interesse, se ele está associado à produção de antibiótico, e assim por diante. Cada clone contém uma informação preciosa da bactéria”, informa Deise.

PROJETOS REGIONAIS

A experiência exitosa de seqüenciamento do genoma da bactéria *Xylella fastidiosa*, patrocinada pela Fapesp, em São Paulo, cujos resultados foram publicados há um ano, gerou novos projetos naquele estado. Aproveitando a rede de competência e a infra-estrutura instalada desde 1997, os pesquisadores paulistas estão trabalhando agora no seqüenciamento do genoma de outras bactérias que também são patogênicas para plantas cítricas e para a cana-de-açúcar. Também está em desenvolvimento, em São Paulo, o projeto destinado a seqüenciar o genoma humano do câncer.

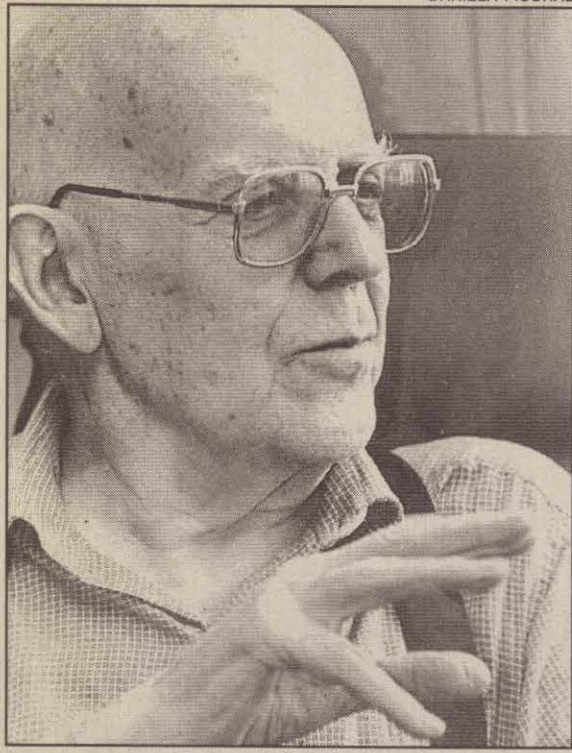
Outros sete projetos regionais, ligados ao MCT, por meio de financiamento do CNPq, estudam genomas de interesse para as várias regiões brasileiras: dois no Paraná, um em Minas, um no Nordeste, envolvendo três estados; um em Brasília; um no Rio de Janeiro; e um na Bahia. O projeto do Nordeste é com o parasita *Leishmania*; o de Minas estuda o *Schistosoma*, que causa a esquistossomose; o de Brasília é com o *Paracoccidioides brasiliensis*, um fungo patogênico para os seres humanos; na Bahia é com a *vassoura de bruxa*, a praga do cacaueteiro; no Paraná, um dos grupos trabalha com uma bactéria fixadora do nitrogênio, projeto que tem a participação de um grupo do Centro de Biotecnologia da UFRGS. O outro projeto desenvolvido no Paraná diz respeito ao parasito *Trypanosoma cruzi*, causador da doença de Chagas, em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz. No Rio de Janeiro, também desenvolve-se um projeto relativo a uma bactéria fixadora de nitrogênio.

O diretor do Centro de Biotecnologia da UFRGS informa, ainda, que há tratativas em andamento para estruturar uma rede que vai envolver os três estados, visando o mesmo objetivo: o estabelecimento de competência nessa área, na Região Sul.

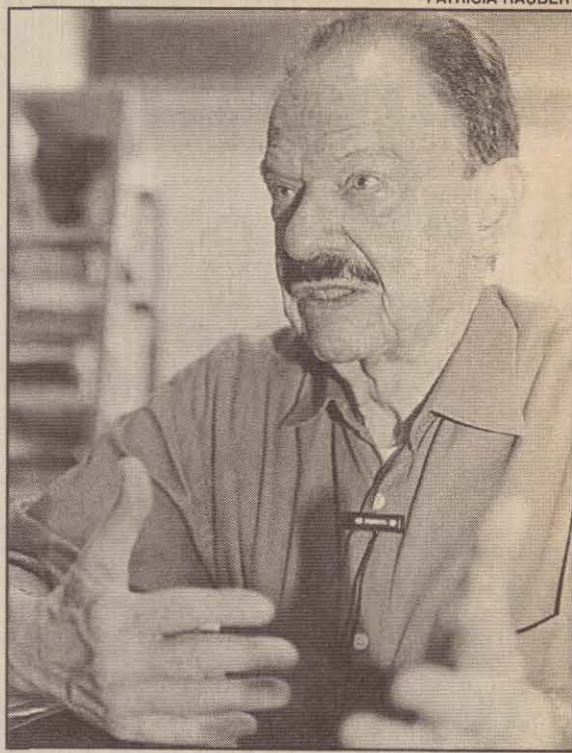


Placas com clones da bactéria em estudo

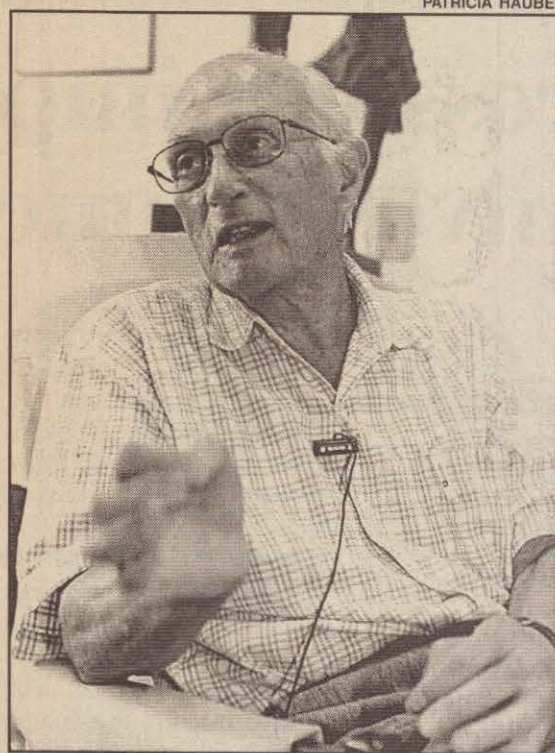
CAMPUS



Rubens Mário Garcia Maciel



Francisco Mauro Salzano



Irajá Damiani Pinto

CAPEs

50 anos qualificando profissionais para a docência e a pesquisa

Houve festa em Brasília para comemorar o aniversário da única agência brasileira de fomento após-graduação a manter um sistema de avaliação de cursos, reconhecido e utilizado por outras instituições nacionais

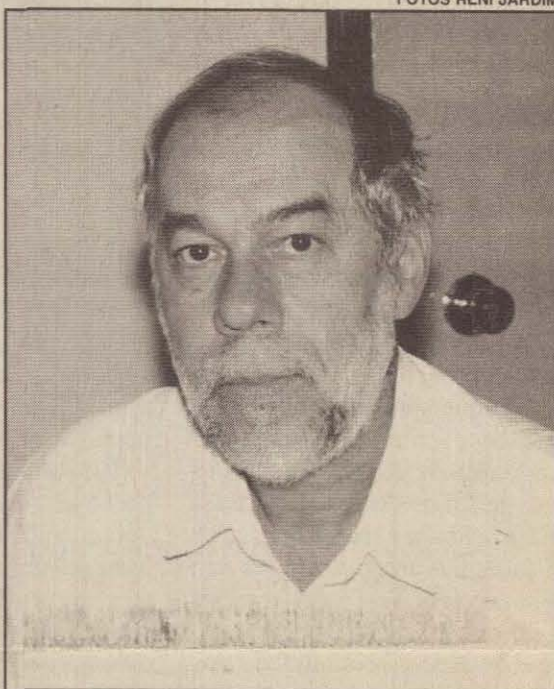
A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) completou 50 anos de atividade no dia 11 de julho, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, com a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; do ministro da Educação, Paulo Renato Souza; e do presidente da entidade, Abílio Baeta Neves. Também presente, a reitora da UFRGS, Wrana Maria Panizzi.

Para comemorar meio século de contribuição à docência e à pesquisa nas universidades brasileiras, a Capes montou uma exposição com textos, fotos e documentos históricos de sua trajetória; instituiu um prêmio para jornalistas (estágio de até seis meses de aperfeiçoamento no exterior para o autor da melhor reportagem sobre pós-graduação e sua importância para o desenvolvimento do país) e homenageou 50 personalidades ligadas à vida acadêmica brasileira. Na ocasião, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou um selo comemorativo ao cinquentenário.

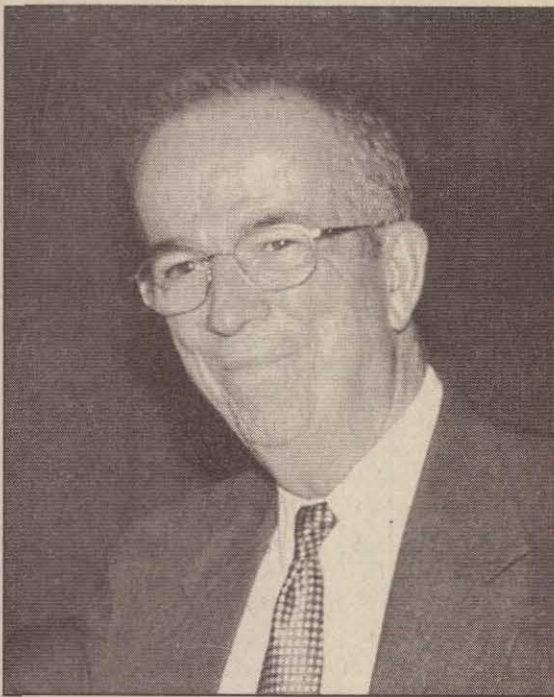
Além dos dez ex-presidentes da entidade, seis pessoas receberam o Prêmio Anísio Teixeira, concedido a cada cinco anos a personalidades brasileiras que tenham contribuído de modo relevante para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no país. Entre eles está Rubens Mário Garcia Maciel, professor emérito da UFRGS, com longa e destacada atuação na educação médica no País. Na lista dos 44 que receberam a Medalha Capes, estão quatro professores da UFRGS: Darcy Dillenburg, diretor do Instituto de Física; Francisco Mauro Salzano, do Departamento de Genética; Irajá Damiani Pinto, do Instituto de Geociências, fundador do Ceclimar; e Jorge Almeida Guimarães, do Centro de Biotecnologia.

Mais três gaúchos foram agraciados durante o cinquentenário da Capes. O professor Darcy Closs, recebeu o Prêmio Anísio Teixeira, juntamente os outros ex-presidentes da entidade. Também recebeu esse prêmio o professor Eduardo Moacyr Krieger, que atualmente faz pesquisa na USP, mas formou-se em Medicina pela UFRGS, onde é doutor *honoris causa*. A professora Tânia Maria Diederichs Fischer, que já lecionou na UFRGS e no momento trabalha na Bahia, recebeu a medalha Capes.

Criada em 1951, por influência do professor Anísio Teixeira, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entidade pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi instituída como fundação em



Jorge Almeida Guimarães



Darcy Dillenburg

1992. Inicialmente, enviando docentes para aperfeiçoamento no exterior, depois incentivando a criação de cursos de pós-graduação no País.

Ao longo desses anos, vem cumprindo seu objetivo principal de subsidiar o MEC na formulação das políticas de pós-graduação. E vem coordenando e estimulando - mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos - a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência em grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda profissional dos setores públicos e privados. A Capes é a única agência brasileira de fomento à pós-graduação a manter um sistema de avaliação de cursos, reconhecido e utilizado por outras instituições nacionais e internacionais.

IMPORTANTE PARA A UFRGS

Para a reitora Wrana Maria Panizzi, "nesses 50 anos de atuação, a Capes tem tido um papel fundamental na qualificação das nossas universidades, permitindo com sua ação e a produção do conhecimento de ponta um ensino superior compatível com o que é ministrado nas demais universidades do mundo" Para o pró-reitor adjunto de Pós-Graduação da UFRGS, Philippe Navaux, a importância da Capes é ter contribuído - assim como o CNPq, que também acaba de comemorar 50 anos - para a qualificação dos professores e, portanto, para a melhoria do conhecimento da universidade. "A medida que se criaram programas de pós-graduação dentro da Universidade, a Capes vem dando seu apoio, através de bolsas para os alunos e também com recursos para o funcionamento desses programas."

Ele considera que o programa de bolsas e de capacitação de docentes foi primordial para que a UFRGS chegasse ao patamar em que se encontra, com mais de 50% de seus docentes com doutorado. "Não importa apenas o título, mas o conhecimento. Ao retornar com esse conhecimento, o professor, normalmente, dá continuidade a sua pesquisa e vai atuar dentro do programa de pós-graduação e em aulas da graduação."

Navaux considera que, pela forma em que é desenvolvido, o mecanismo criado pela Capes, que tem conceitos de 1 a 7, faz com que todos os programas se esforcem para obter os melhores níveis, seja na formação de docentes, na pesquisa ou na publicação. Tanto que esse mecanismo serve como referencial até para países desenvolvidos. "Programas que atingem conceitos 6 e 7 são considerados de nível internacional. Atualmente, a UFRGS tem oito programas nesse nível, mas a perspectiva é de dobrar esse número na próxima avaliação, que já está em sendo finalizada", diz o pró-reitor.

UFRGS recebe financiamento para projetos

Quatro projetos apresentados pela UFRGS foram aprovados, em pré-seleção realizada pelo Comitê Científico Internacional, do Programa Institutos do Milênio, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Das 202 propostas submetidas, 57 foram selecionadas. São eles: *Variabilidade Genômica Humana do Normal ao Patológico*, área de conhecimento Genética, apresentado por Francisco Mauro Salzano; *SHRIMP-BRASIL-Instituto de Microsonda Iônica de alta resolução no Brasil e seu impacto na exploração de petró-*

leo, ciências dos materiais, metalogenia e evolução, cristal da América do Sul, área de conhecimento Geociências, por Leo Afraneo Hartmann; *DIACAV-Diabetes e Doenças Cardiovasculares*, área de conhecimento Medicina, elaborado por Maria Inês Schmidt e *Água-Água*, área de engenharia sanitária, apresentado por Carlos Eduardo Morelli Tucci.

O Programa dos Institutos do Milênio é uma iniciativa do MCT para ampliar o leque de opções no financiamento de projetos mais abrangentes, articulando redes de pesquisa e incentivando parceri-

as. O Banco Mundial se encarregará de fornecer financiamento, com recursos no montante de R\$ 60 milhões a serem aplicados nos próximos três anos. A expectativa é que até o final do ano, todos 20 Institutos estejam em pleno funcionamento. O Comitê Científico Internacional é formado por 10 renomados cientistas e pesquisadores, sendo cinco brasileiros e cinco estrangeiros, entre eles o Prêmio Nobel de Química, Ermer Aber, que classifica os Institutos "como um forte instrumento de incentivo e integração tecnológica".

Manifesto da Andifes

O Conselho Pleno da Andifes reunido em Brasília no dia 11 de julho de 2001, diante da responsabilidade legal e acadêmica dos dirigentes com a gestão das IFES, os alunos, servidores e a sociedade manifesta por unanimidade que no ano de 1.998 a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, propôs ao MEC um protocolo de intenções comprometendo às IFES a expansão de 10% ao ano das vagas discentes de graduação e pós-graduação.

Em contrapartida, o MEC deveria ampliar o orçamento de manutenção na mesma taxa, além de efetivar no quadro os 8000 docentes nas vagas então existentes e o número fixo de técnico-administrativos igual ao de 1996.

Este protocolo surgiu da consideração comum que:
a- A existência de uma massa crítica qualificados por meio do ensino superior é condição necessária para uma nação atingir o desenvolvimento social e econômico sustentável;
b- o Brasil possui somente 11% da população economicamente ativa com nível superior, contra 22% do Chile, 21% da Bolívia, 26% da Venezuela, 37% dos EUA e 53% do Canadá;

c- o desenvolvimento nacional em níveis compatíveis com a necessidade de inserção na economia mundial, reconhecida no PNE, exige que o atendimento dos jovens em faixa etária de 18 a 24 anos passe do atual índice de 11% para 30%;

d- o número dos concluintes do ensino médio dobrou no período 1991 a 1995 e deverá sofrer expansão ainda maior na próxima década devido às mudanças introduzidas no ensino fundamental, aumentando a demanda por ensino superior.

Nesta data, constata-se que as IFES cumpriram com fôlego a sua parte no protocolo. No entanto, o Governo Federal não atendeu o previsto, ao contrário medidas restritivas à autonomia foram editadas.

Das 8.000 vagas docentes desocupadas 2.000 concursos estão sendo autorizados, o que constitui um fator relevante. Entretanto nenhum servidor técnico-administrativo foi contratado nos quadros das IFES, gerando um déficit de quase 2.000 vagas.

Parte dessas vagas docentes foram preenchidas precariamente com professores substitutos que, neste ano de 2001, estão sendo autorizados em quantidade muito menor que as necessárias.

Parte dos técnicos-administrativos foram contratados emergencialmente por Fundações de Apoio existentes junto às IFES, onerando o orçamento de custeio e gerando questionamentos legais.

Esta situação configura uma gravíssima deficiência de pessoal que, associada aos baixos salários, compromete as metas de expansão, a consolidação das novas universidades e, principalmente, a qualidade do ensino.

O orçamento de manutenção não acompanhou a expansão ocorrida e os investimentos em infra-estrutura para a graduação foram diminuindo paulatinamente.

A demanda surgida pela expansão dos alunos aponta a necessidade de autorização para a ocupação de vagas existentes há anos nos quadros docentes e técnico-administrativo. É imprescindível a regularização da contratação de professores substitutos e a suplementação orçamentária de custeio e recuperação da infra-estrutura básica das IFES.

Isto posto, é dever da Andifes alertar as autoridades e a sociedade brasileira que, apesar dos esforços e do compromisso com o desenvolvimento do país demonstrado ao longo dos anos, caso não sejam encontradas soluções urgentes, as Universidades Federais correm o risco real de **NÃO INICIAREM REGULARMENTE O 2º SEMESTRE LETIVO DE 2001.**

Brasília, 11 de julho de 2001.
Reitor Carlos Roberto Antunes dos Santos
Presidente da Andifes

Moção de Repúdio do IX Encontro Regional Sul de CPPTAs à Medida Provisória 2.150-39

Os representantes das Comissões Permanentes de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTAs) reunidos no IX Encontro Regional de CPPTAs, no período de 26 a 29 de junho de 2001, na cidade de Curitiba, manifestam-se contrários em relação à Medida Provisória 2.150-39, de 31 de maio de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas de âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional (GDAE), explicitada na MP 2.150-39, estendida aos Técnico-Administrativos (TAs) das Instituições Federais de Ensino (IFES), substitui a Gratificação de Atividade Executiva (GAE), instituída pela Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, e que representa reposição de perdas salariais. Com a inclusão das categorias dos TAs, das IFES, na referida Medida provisória foi estabelecida uma lógica discriminatória, na medida que diferencia os técnicos-administrativos das Instituições Federais de Ensino dos demais servidores públicos federais, que tiveram a GAE incorporada ao vencimento básico.

A quebra de lógica da linearidade em relação aos vencimentos, estabelece desigualdade de tratamento entre servidores que trabalham no mesmo ambiente, não significando a criação de nova carreira. A MP estabelece patamares diferenciados nas transposições de tabelas, ou seja, 23% para servidores de Nível Superior do forma linear, 8% e 6% num percentual médio para servidores de Nível Intermediário e Apoio respectivamente. Cabe salientar que essa transposição de tabela propicia uma diferenciação de 0 a 23%, quando levados em consideração, os três níveis.

Mesmo com a inclusão dos aposentados e pensionistas na nova tabela, isto não significará aumento de vencimentos, pois esses perderam o direito à GAE, hoje transformada em vantagem pessoal, que certamente será absorvida no bojo dos vencimentos ao longo do tempo. A avaliação de desempenho, preconizada pela MP, determina avaliação meramente quantitativa e de caráter individualista. O percentual de 160%, mantido a título de gratificação por desempenho, já é percebido desde 1992 e considerar um aumento sobre esse percentual significa uma ato depreciativo.

Curitiba, 28 de junho de 2001
Plenário do IX Encontro Regional Sul de CPPTAs



Campus Centro da UFRGS. Mudando para melhor.



Sinal verde para pedestres e automóveis.

A partir de 30 de julho, o Quarteirão 2 do Campus Centro da UFRGS vai ficar muito mais confortável para pedestres e motoristas. Apenas uma entrada e saída para automóveis - Rua Sarmento Leite - e uma entrada principal para pedestres - Av. Paulo Gama. Muito mais tranquilidade para quem caminha e mais conforto para quem estaciona.

Seminário resalta importância dos arquivos municipais

●SONIA TORRES
Jornalista

Organização adequada e uso de tecnologias modernas para garantir a preservação de documentos importantes são grandes aliados na acessibilidade aos arquivos municipais, considerados fontes inesgotáveis de informações históricas, políticas e técnicas.

Nos dias 9 e 10 de julho, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi sede do II Seminário Internacional – Arquivos Municipais: Transparência Administrativa e Cidadania. O evento teve por objetivo principal debater o significado dos arquivos públicos, sua organização e o emprego de novas tecnologias para a preservação da memória de uma cidade e para consultas sobre os interesses públicos mais imediatos. Nesses termos, os arquivos assumem um significado especial, preservando e valorizando o patrimônio cultural e comprovando os direitos dos cidadãos. Diversas entidades têm apostado na criação de sistemas municipais de arquivos, trazendo à tona o debate e reforçando o intercâmbio de informações e experiências, ao mesmo tempo em que fortalece a formação profissional.

O seminário foi promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura, pela Secretaria de Município da Cultura de Santa Maria e seu Arquivo Histórico Municipal, pelo Departamento de Documentação do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria e pelo Curso de Arquivologia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS e pelas pró-reitorias de Extensão (Pro-Ext) e de Pesquisa (Pro-Pesq). Esse evento teve o apoio do Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais do Brasil. Na cerimônia de abertura, a primeira conferência ficou a cargo de Ramón Alberch i Figueiras, professor da Universidade

Autônoma de Barcelona e diretor do Arquivo Municipal de Barcelona, que falou sobre o tema "A Dimensão Democrática dos Arquivos". Proferiu, também, as palestras "A Gestão de Documentos nos Arquivos Municipais" e "Atividades na Gestão dos Arquivos Municipais". Essa última, com a professora Daise Aparecida de Oliveira, presidente do Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais.

MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA

De acordo com o professor Ramón, "o papel dos arquivos municipais para a memória política e cultural é básico, pois terão que ser o registro dessa memória e capazes de conservar toda a documentação vinculada à evolução histórica das cidades, de maneira que sua transformação e seu desenvolvimento não suponha a perda da identidade e da memória". Para ele, os arquivos serão um elemento vital e básico na conservação e na recuperação da memória histórica e elementos de grande importância para o conhecimento, uma vez que se constituem em grande capital de informação, podendo converter-se em fonte de conhecimento para todos os cidadãos.

A Arquivologia é uma ciência emergente e se utiliza muito do poder da ciência da informação e de disciplinas vinculadas, aportando um elemento fundamental, que é a Metodologia. Como ciência, possui um método de classificar documentos, de preservá-los e de torná-los acessíveis. "Nesse sentido, se aliarmos algumas terminologias da informação a uma sistemática organizativa, é uma profissão com muito futuro. Permitirá resolver problemas muito importantes nas tomadas de decisões, na eficiência no trabalho, na eficácia das organizações, onde cada vez mais a informação é valorizada.

Creio que as escolas e as universidades cada vez mais vão desenvolver seus cursos de arquivística para responder a essa demanda, sem as universidades e sem a formação não é possível progredir na matéria."

ARQUIVO DEMOCRÁTICO

Segundo a presidente do Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais, Daise Aparecida de Oliveira, mestre em História e especialista em Arquivologia, o município representa a instituição mais antiga no Brasil e em toda a América Latina. A implantação do município começou com a colonização, sendo que os municípios brasileiros desenvolveram as mesmas funções, as mesmas atividades, produzindo os mesmos documentos. Essa importância ainda é maior porque os municípios, tão antigos, conservam as mesmas funções: registros de obras, educação, saúde e segurança.

Daise destaca a proximidade dos arquivos municipais com a comunidade, conservando o patrimônio documental como fonte imprescindível para a história das cidades: "O arquivo municipal medeia a história e a so-



Ramón Alberch i Figueiras

cidade da informação e do conhecimento, mas sua importância não é reconhecida nem mesmo pelos administradores. A função do seminário é chamar as universidades, os alunos, os secretários e os prefeitos para discutir a importância do arquivo como um instrumento de cidadania. Ele precisa ser organizado, aberto e acessível ao público, disponível para consultas, seja por interesses pessoais ou coletivos". Para ela, a administração e a gestão dos documentos vão imprimir um caráter de eficiência e transparência à administração pública, pois o papel de referência do arquivo é o valor probatório dos fatos.

Para a especialista, a profissão de arquivista tem função importante, como cientista da informação, comprometido com os documentos que testemunham atos e fatos. "É diferente de um livro de biblioteca ou de uma peça de museu, pois o profissional tem que ter uma formação capaz de suprir as necessidades técnicas específicas para a organização do arquivo." Daise reitera o compromisso do profissional de arquivística com o aperfeiçoamento democrático e com a correta descrição dos documentos que estão sob sua responsabilidade, como forma de garantir o encontro entre o interessado e a informação. Além disso, precisa ser atualizado para acompanhar o desenvolvimento veloz da tecnologia e possuir uma sólida formação humanista.



Congresso de Ecologia movimentação Porto Alegre em novembro

Porto Alegre será sede de um dos maiores eventos científicos nacionais na área de Ecologia, em novembro. Mas quem estiver interessado em participar do V Congresso de Ecologia do Brasil, marcado para a semana de 4 a 9 de novembro, na capital gaúcha, deve se apressar: a menos de quatro meses da sua realização já estão preenchidas mais de 1.500 das 2.300 inscrições abertas para o evento.

"A procura está grande", confirma a professora Sandra Hartz, do Centro de Ecologia da UFRGS, presidente da comissão organizadora do evento. Também foram recebidos cerca de 1.700 resumos de trabalhos de pesquisa, até a data limite de 25 de maio, que estão sendo analisados para publicação.

Sandra Hartz atribui o grande interesse pelo evento à diversificação de assuntos a serem tratados no congresso e também à confiança na estrutura e organização locais. Outra razão para a antecipação é que muitos participantes, ao enviarem os resumos de trabalhos, também já realizaram sua inscrição.

Sob o tema *Ambiente e Sociedade*, estão programadas conferências internacionais, palestras, mesas-redondas, minicursos, e sessões de apresentação de trabalhos. O congresso tem caráter científico, mas a ideia, explica a professora Sandra Hartz, é permitir maior integração entre as diversas áreas de conhecimento, de modo que as questões científicas e teóricas da Ecologia possam ser aprendidas em outras áreas, como o Direito e a Educação, por exemplo, e resultarem em propostas mais corretas em relação ao ambiente.

Outro objetivo é aproximar os ecologistas à ciência da Ecologia. O ecólogo, lembra a professora Sandra, é o profissional com formação técnica e científica nessa área; já o ecologista é aquela pessoa envolvida na defesa de questões ambientais que considera importante.

PROGRAMA

Das conferências internacionais participaram cientistas de renome, como Stuart Pimm, da Columbia University, ecólogo, autor de vários livros, especialista em cadeias tróficas, conservação e biodiversidade; László Órlóci, da Universidade Ocidental de Ontário, Canadá, também pesquisador famoso em questões de biodiversidade; e Richard Forman, pioneiro da ecologia de paisagem,

ARTE: ROSÁNE VIEIRA

ORQUÍDEAS
QUEIMADAS
PANTANAL
AMAZONIA
MANGUE
SAÚDE
PEIXE-BOI
RIOS
PAU-BRASIL

"Esta terra, senhor, me parece
que do paraíso que nunca existiu e sul sempre está
entre pontos que a terra e o mar não de que não
de se parte brincar de deus, sem lembrar que
deus não está bem visto em frente a alguns lugares
por certo. Tem, no tempo do amor, pedras
partes, grandes bonitas de deus, sem lembrar
deus brincar e a terra por como toda a vida
muito além de grandes momentos. De praiana
partes, e todo participando, muito além
muito formoso.

Dito então, me parece, visto de novo
muito grande, porque a terra e o mar, não
partes, me parece, me parece, que
me parece muito longe.

Não, não agora, não pareço e saber que hoje
ainda, não pareço, não pareço, não pareço
ou pareço, não pareço.

Dito a terra e o mar de muito longe, não
pareço, não pareço, não pareço, não pareço
pareço, não pareço, não pareço, não pareço
pareço, não pareço, não pareço, não pareço
pareço, não pareço, não pareço, não pareço

Devo Voz de Clarice Lispector

MAR
BELEZA
FLORESTA
BORBOLETAS
HOMEM
TERRA
EXPLORAÇÃO
DIVERSIDADE
PRESERVAÇÃO
BIOPIRATARIA
NATUREZA VIDA
SOL CAÇA CÉU
PESCA POLUIÇÃO
VOCÊ ONÇA ÁGUA
REFLORESTAMENTO
CONSCIÊNCIA
DESMATAMENTO
MEIO AMBIENTE

V CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL
04 a 09/11/2001

www.ecologia.ufrgs.br

Realização

Patrocínio

professor da Harvard University, dos Estados Unidos, com inúmeros livros sobre planejamento de gestão do uso do solo e ecologia regional. Também estarão presentes vários pesquisadores argentinos, que tratarão de questões relacionadas à Ecologia no Mercosul.

Para as palestras estão previstos temas de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de universidades e institutos brasileiros. Nos simpósios, as apresentações envolverão ecologia aquática; ecologia de paisagem; biodiversidade e conservação; ecologia quantitativa; ecotoxicologia e bioindicação.

Nas mesas-redondas estarão em debate assuntos como Ecologia: profissão e atuação; educação ambiental no Brasil; direito e legislação ambiental; Ecologia na mídia; demandas atuais de pesquisa em Ecologia e planejamento das políticas públicas; papel da pós-graduação no desenvolvimento da Ecologia no Brasil; entre outros. Os mini-cursos enfocam 24 temas, com aulas ministradas por especialistas de várias regiões do Brasil e do Exterior.

INSCRIÇÕES

Informações mais detalhadas sobre a programação, inscrições e hospedagem estão na página eletrônica www.ecologia.ufrgs.br. O formulário para inscrições pode ser obtido pela Internet, mas a ficha deve ser encaminhada pelo correio à secretaria do evento, em Porto Alegre, juntamente com cheque nominal no valor da inscrição ou comprovante de depósito. Os valores atuais serão mantidos até 29 de setembro, sendo reajustados a partir daí.

A solenidade de abertura do congresso ocorrerá no Salão de Atos da UFRGS, no domingo, dia 4 de novembro. As atividades se desenvolverão nas dependências do Centro de Eventos Plaza São Rafael, Hotel Plaza São Rafael, Hotel Plaza Porto Alegre e Teatro do SESC, em locais próximos uns dos outros, na área central de Porto Alegre.

A UFRGS, através do Instituto de Biociências, do Centro de Ecologia e dos Departamentos de Ecologia, Zoologia e Botânica, é a organizadora local do Congresso. A entidade promotora nacional é Sociedade de Ecologia do Brasil. O evento tem patrocínio da Copesul, OPP, Banco do Brasil e Prefeitura Municipal de Porto Alegre; e apoio da Faurgs, Capes, CNPq e Fapergs.

Biopsia do ressentimento

•EDUARDO STERZI*
Jornalista

Mudar-se de Porto Alegre para São Paulo pode ser uma boa ocasião para refletir sobre alguns dilemas da cultura gaúcha

Todos aqueles que, como eu, dispuseram os marcos de sua vida ao redor de uma biblioteca ou, com mais modéstia, de uma coleção de livros de certa envergadura, ao verem-se obrigados a mudar de cidade, mesmo que provisoriamente, e para aposentos menores do que aqueles em que viviam, atormentam-se com a necessária escolha dos volumes que levarão consigo ou que deixarão para trás. Afinal, sinto minha biblioteca como constitutiva de meu ser, tanto quanto minhas memórias, meus projetos, minhas idéias, minhas inseguras convicções – e abandonar parte dela é também abandonar parte de mim. A primeira solução para tal dilema seria, pragmaticamente, levar somente o que me fosse útil na nova cidade. Transferi-me de Porto Alegre para São Paulo com o intuito de realizar meu doutoramento; por isso, evidentemente, os primeiros livros incluídos na bagagem foram aqueles integrantes da bibliografia da tese. Depois vieram aqueles que eu vagamente imaginava serem necessários para as disciplinas que teria de cursar. E, por último, algumas obras literárias e filosóficas que me são especialmente caras, objetos de releituras frequentes e infindáveis. Porém, uma biblioteca, como a vida, dificilmente pode conter somente o essencial, somente o necessário: a felicidade é, a rigor, supérflua, e gosta de encasular-se no que é supérfluo. Os livros imprescindíveis seguiram por uma transportadora; e me vi então sem o que carregar comigo, em minhas malas, minha mochila, além de roupas. Fui apanhando, então, na véspera de minha mudança para São Paulo, certos livros perfeitamente prescindíveis, entre eles, salvo na última hora do ostracismo numa estante porto-alegrense, o magistral *Danúbio*, de Claudio Magris.

Trouxe-o ao alcance da mão, relendo-o no intervalo curitibano do desgaste automobilístico e nos primeiros dias na capital paulista, passados no quarto de um hotel. Serviu-me, percebo agora, como uma espécie de amuleto: relato de uma viagem, nada melhor para acompanhar-me em minha própria viagem; e foi sob o influxo do livro de Magris – ensaio de circunscrição do Rio Danúbio como metáfora da *Mittleuropa* – que acabei também eu compreendendo minha travessia de forma alegórica. Mas, devo confessar, fui conduzido à consciência dessa possibilidade alegórica de meu próprio trajeto por uma passagem precisa do texto de Magris, e, por ora, vou restringir o alcance da alegorização de minha troca de cidade à reflexão que este trecho suscitou. Quando Magris fala sobre os eslovacos e suas dificuldades para impor sua voz no coro poliglota e pluricultural da Europa Central, pareceu-me sintetizar um sentimento que conheço bem e que se encontra no coração da cultura sul-riograndense: “Mas o pequeno povo, que deve libertar-se do desprezo ou da indiferença dos grandes – daqueles talvez já destinados a não sê-lo por muito tempo –, deve libertar-se também do próprio complexo de ser pequeno, do sentimento de dever continuamente retificar ou cancelar esta impressão ou trocar-lhe o sinal, vangloriando-se dela como de um distintivo escolhido. Quem foi por longo tempo confinado ao papel de menor e teve que dedicar todos os seus esforços à determinação e à defesa da própria identidade, tende a prolongar esta atitude mesmo quando ela não é mais necessária. Voltado para si mesmo, absorvido na afirmação da própria identidade e preocupado em conseguir que os outros lhe rendam o devido reconhecimento, ele arrisca dedicar todas as suas energias a esta defesa e empobrecer o horizonte da sua experiência, não ter autonomia em suas relações com o mundo”.

É curioso que, tendo eu já lido anteriormente o livro, só agora, em meio a esta mudança de endereço, o trecho tenha me chamado a atenção. Mas compreendo o motivo dessa consideração despertada tardiamente: sair de Porto Alegre e ir para São Paulo corresponde, no imaginário gaúcho (um adjetivo que me incomoda, mas não deixa de me fascinar, por implicar muito mais do que origem ou localização geopolítica), a transportar-se, usando os termos de Magris, do seio de um “pequeno povo”, orgulhoso de valores pretensamente só seus, para a voragem dos “grandes”, que, presume-se, desprezam tais valores ou a eles são indiferentes.

Senti a pressão dessa imagem apavorante de São Paulo em nossa mitologia regional ao me defrontar com o espanto ou a indignação mal-disfarçados nas palavras de amigos e conhecidos de quem eu e minha namorada nos despedíamos. A imensa maioria parecia querer certificar-se de que retornaríamos a Porto Alegre depois dos quatro anos de doutorado. “É temporário, não?”, perguntou-me um ex-colega do Anchieta. E, bem-humorado, advertiu-me: “Vê se não respira fundo quando estiver andando na rua...”. A desculpa razoável para o sufocante alerta era a poluição de São Paulo, mas como não perceber também, transfigurando-se em ironia, o medo de que eu me contaminasse com a natureza maléfica e, por suposto, gasosa do paulista? Eu e Veronica ouvimos uma sequência interminável de temores em relação à nossa segurança e conforto na metrópole, que poderiam ser resumidos em três tópicos: os assaltos – obrigatoriamente acompanhados de homicídios –, o trânsito eloqüentemente contrário à sua designação, a inospitalidade e frieza das pessoas. Considerando que estamos desde o fim de fevereiro em São Paulo, acho que já posso oferecer respostas, claro que provisórias, a tais considerações: averigüei, por exemplo, sem base científica, porém amparado na constatação de que praticamente a maioria de meus familiares e amigos porto-alegrenses sofreram algum tipo de violência nos últimos meses, que a insegurança aqui, proporcional-



ARMENIO ABASCAL

mente, não é maior que a de Porto Alegre; o trânsito complica-se dependendo dos horários e percursos, mas a permissão de tráfego a 70 km/h nas avenidas e o rodízio de automóveis (com a retirada de circulação de 20% da frota a cada dia) tornam-no menos desagradável do que eu previa; e, para nossa surpresa, os paulistanos e os numerosíssimos imigrantes – nortadinos em sua maioria, e estrangeiros em grande número, e uma massa heterogênea proveniente de todas as regiões do país, e cada vez mais gaúchos – aqui estabelecidos mostraram-se comovidamente gentis e acolhedores. Porém, ao oferecer essas respostas tranquilizadoras, senti e sinto consumir-se em mim o objeto de um temor secreto implícito em todas aquelas advertências: mudar-se de Porto Alegre para São Paulo é tornar-se, aos olhos de quem mora no Rio Grande do Sul, um potencial traidor da terra natal, porque mesmo a neutralidade é traição quando se trata de avaliar os “inimigos”.

“Ao procurar respostas tranquilizadoras, sinto consumir-se em mim o objeto de um temor secreto implícito em todas as advertências: posso ter-me tornado um potencial traidor da terra natal...”

É interessante, porém, notar que a péssima imagem que nossos conterrâneos têm de São Paulo é corrente também, às vezes com exagero quase paranoico, entre os habitantes da cidade, sobretudo entre os aqui nascidos. Uma pesquisa realizada em 2000 revelou que cerca de 70% da população, ao menos da boca para fora, pretendia deixá-la nos próximos anos. Outra pesquisa sintomática do mal-estar paulistano, divulgada no início de junho deste ano, mostra que a popularidade de Marta Suplicy é a mais baixa entre os prefeitos das dez maiores capitais brasileiras, com um índice de rejeição de 42%, pior mesmo que o de Celso Pitta ao chegar ao mesmo tempo de mandato. Contudo, como salientou Gilberto Dimenstein, ao avaliar essa pesquisa em sua coluna na Folha de S. Paulo, independentemente de todo caos possível (ele escrevia numa semana em que a greve do metrô provocara engarrafamentos monumentais, contrariando minha impressão benévola recém-exposta, e assaltantes aproveitaram a lentidão do trânsito para atacar os motoristas), a cidade passa por um momento de inacreditável vitalidade cultural. Dimenstein conclui seu texto com a reiteração de que, apesar da crise, “a cidade está ficando e vai ficar cada vez mais interessante. Até porque toda essa criatividade felizmente depende pouco – muito pouco – do poder público e muito das iniciativas individuais, distantes dos palácios”.

Considerando-se que o governo estadual mantém três universidades (USP, Unicamp e Unesp) e incentiva a formação e a investigação científica em todas

as áreas através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a independência da produção cultural em relação ao poder público é relativa. Entretanto, é certo que há uma larga margem de atuação crítica prevista nas estruturas dessas instituições. Venho da experiência de um mestrado concluído e de seis meses de doutorado na PUCRS, sempre como bolsista do CNPq, e posso dizer que a liberdade e o incentivo intelectual e material de que desfruto como doutorando na Unicamp e bolsista da Fapesp são substancialmente superiores. Na PUCRS, eu e meus colegas tínhamos de trabalhar gratuitamente quatro turnos por semana nos acervos literários mantidos pelo Curso de Pós-Graduação em Letras, para que nossas bolsas de estudo não fossem cortadas, o que evidentemente prejudica, se não inviabiliza, o desenvolvimento de qualquer projeto sério de pesquisa. Agora, posso dedicar-me integralmente à mi-

nha tese, e recebendo uma bolsa de valor 20% maior do que a do CNPq (a partir do segundo ano, passará a 50% a mais), além de outros benefícios, como auxílio adicional para viagens e para compra de livros (os quais, ao fim da pesquisa, serão transferidos para a biblioteca da unidade a que estou vinculado). A história justifica esse investimento: a Universidade de São Paulo surgiu da intenção do empresário Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, de recuperar a força do estado através da cultura, depois da derrota política na Revolução de 1932. Algo desse espírito revanchista inicial persiste ainda hoje nas universidades paulistas, mas o ressentimento histórico parece ter sido melhor “trabalhado” – o jargão psicológico é exato – do que o foi no Rio Grande do Sul.

Luís Augusto Fischer intitulou “Contra São Paulo” a última seção de seu livro *Para Fazer Diferença*. O escândalo e a ingenuidade de tal denominação são amenizados pela possível ironia, antecipada pela epígrafe geral do volume, emprestada de Drummond: “As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase”. O primeiro ensaio da seção ostenta o título, não menos escandaloso, “Mário, carrasco do Brasil”. O assunto é Mário de Andrade, um dos alvos prediletos do crítico. Fischer desenvolve, ali, sua “bronca contra a hipervalorização de Mário” e contra a “importância hipertrofiada concedida ao Modernismo brasileiro”. Há algumas considerações precisas e ousadas: “Aparentemente, os modernistas combateram a mentalidade parnasiana (nefelibata, palavrosa,

acadêmica); na verdade suas baterias se voltaram contra a hegemonia do Rio no panorama mental brasileiro, isto é, escolheram um inimigo que, na história da cultura, tem o nome de Romantismo, o qual tinha, a seu modo e segundo os fins convenientes, proposto e a seguir imposto uma certa leitura do Brasil, a partir do Rio de Janeiro”. Fischer segue: “Daí que São Paulo tenha sustentado o Modernismo. Era São Paulo que queria dizer, em conformidade com seus propósitos imperialistas (passe o termo), como o país era e devia ser, quais os símbolos convenientes, qual a maneira correta de pensar o Brasil”. A criação da USP seria um momento chave desse processo: seus “quadros” teriam conferido “consistência teórica” ao destaque dado ao Modernismo paulista. Até aí, não há como discordar, embora devêssemos exigir, de um leitor de sua estirpe, um maior aprofundamento nas condições históricas, já referidas por mim, da fundação da universidade. A anatomia esboçada por Fischer fraqueja quando ele enumera as conseqüências de ser o Rio Grande do Sul uma “franja econômica e mental de São Paulo” (designação que não me parece exata): “a literatura produzida aqui não existe para a mídia paulista; nossos professores sentem-se na contingência de ir à USP tomar a bênção intelectual; nossos músicos populares são uma ilustre ausência no cenário paulista”. O ressentimento – etimologicamente, um sentimento que não se deixa aplacar ou modificar – explode na conclusão nada lógica: “São Paulo fala pelo Brasil, como Mário falou pelo Brasil. O resultado é que, em boa medida, a nossa voz foi roubada”.

Ora, há uma flagrante contradição entre os três enunciados de Fischer, e peço atenção sobre essa contradição porque acredito que seja sintomática dos paradoxos estruturais de um ressentimento que não é só dele, mas que permeia, de cima a baixo, a cultura do Rio Grande do Sul: São Paulo – e, por escrúpulo intelectual, deveríamos distinguir entre o estado e a cidade, mas Fischer não o faz e não costumamos fazê-lo – é visto (ou vista) ao mesmo tempo como uma instância legítima (na literatura, na música) e uma instância ilegítima (na pesquisa acadêmica) de reconhecimento do que ocorre no resto do Brasil e, em especial, nesta sua porção meridional em que nascemos. Essa contradição ou ambivalência é inerente a todo ressentimento: basta recordarmos o episódio patético (e cruelmente divertido) de *Memórias do Subsolo* em que o anti-herói, um virtuoso do ressentimento, comparece a um jantar promovido pelos bem-sucedidos colegas de escola e oscila entre o desejo de ser aceito pelo grupo e a embriagada resolução de manifestar-lhe seu desprezo. O ressentimento comporta sempre uma exageração dos atributos do seu alvo: poderíamos perguntar por que São Paulo tem força para calar o Rio Grande do Sul e o Rio Grande do Sul não tem força para impor sua voz por sobre o silenciamento que lhe foi impingido. Deveríamos nos contentar com qualquer forma de mecanicismo sócio-econômico na explicação? Enxergar a força dos outros sem uma medida justa implica que não percebamos, como os eslovacos de Magris, que os “grandes” talvez já estejam “destinados a não sê-lo por muito tempo”.

No entanto, alguns de nós já notamos a necessidade de superar o imobilismo do ressentimento. Na ficção de Jerônimo Teixeira e na dramaturgia de Leandro Sarmatz, meus queridíssimos amigos, pode-se flagrar o esforço – trágico ou, mais precisamente, trágico-cômico – de acertar as últimas contas com o passado e alçar-se a novos patamares de apreensão e representação dos dilemas de seu entorno cultural. Os mais jovens entre os mais relevantes artistas gaúchos – Fabrício Carpinejar e André Dick na poesia, Jorge Menna Barreto nas artes plásticas, Diego Medina e Juli Manzi na música, Gustavo Spolidoro no cinema, e a enumeração poderia estender-se a mais alguns nomes – demonstram um saudável cosmopolitismo (aliás, usar a bela palavra “cosmopolita” como ofensa, nunca esqueçamos, foi uma particularidade das ditaduras de Hitler e Stalin). Nascer no Rio Grande do Sul, para estes artistas, parece não ser uma fatalidade, mas tampouco uma bênção. Da fatalidade ao acaso, chegamos, e nunca é tarde, à modernidade (outra palavra enxovalhada pelos trogloditas).

*Formado em jornalismo pela UFRGS, Eduardo Sterzi é mestre em Teoria da Literatura e, no momento, doutorando em Teoria e História Literária na Unicamp. Este ano lançou seu primeiro volume de poemas, *Prosa*, pelo Instituto Estadual do Livro.

PERFIL

Antônio Carlos Amaral dos Santos, o Casquinha

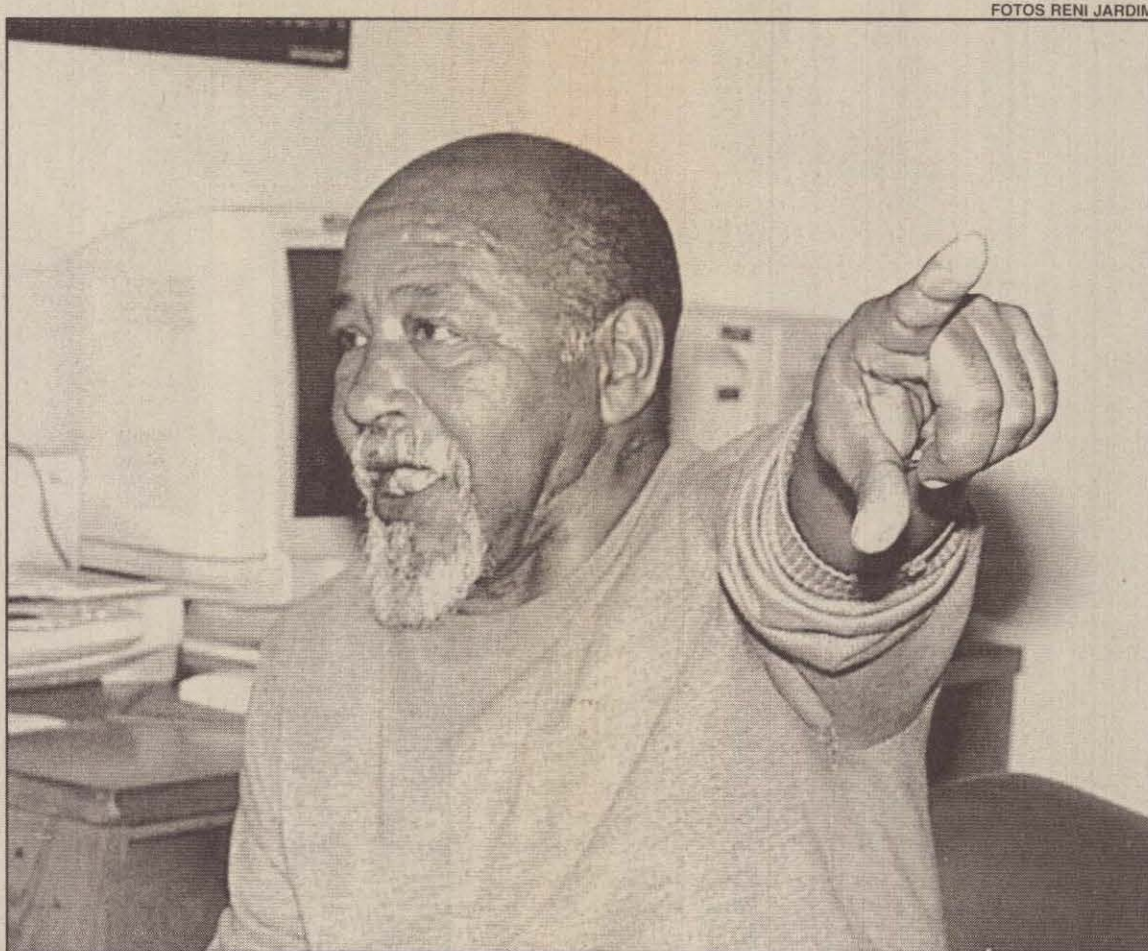
●ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

Contínuo, operador de máquina copiadora, entregador de taxação (seleção de recortes de jornal), buscador de jornal, assador de churrasco, conselheiro sentimental, assistente espiritual, pau-para-toda-obra: este é o Casquinha, que todo o prédio da Reitoria conhece. Mas tem o Casquinha que nem todos conhecem: umbandista, músico, pai de quatro filhos. Tem ainda o Casquinha de outras eras, que jogava na meia esquerda de um time de várzea, que se comovia com a cachorrinha atropelada, a ponto de fazer um enterro digno para ela, mas que não levava desaforo pra casa (até entrar para a religião, aos 16 anos). O mais importante, no entanto, é prestar atenção no Casquinha que vem por aí: maduro, solteiro, independente e cheio de força para realizar o sonho da vida inteira: ter seu próprio conjunto musical de MPB.

Casquinha nasceu na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no dia 10 de maio de 1946, mas só foi registrado como Antônio Carlos Amaral dos Santos em 10 de junho de 1947. A família morava no bairro Santana, e o pai, na época, era brigadiano, depois de ter sido farmacêutico e funcionário da Prefeitura Municipal.

Dos tempos de guri, na Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes), ele lembra das matinês no cinema Rio Branco, dos campinhos de futebol, do mato e do sumidouro que faziam parte do seu território infanto-juvenil, na extensa área onde hoje se localiza o Campus da Saúde da UFRGS. Tudo cercado por um muro que começava na Rua Ramiro Barcelos e se estendia pelo primeiro quarteirão do Caminho do Meio (atual Avenida Protásio Alves).

O prédio do Hospital de Clínicas ainda estava sendo construído, mas o prédio da Faculdade de Farmácia já estava pronto, só aguardando a visita do presidente Juscelino Kubitschek para ser inaugurado. No tempo



FOTOS RENE JARDIM

em que Casquinha era piá, ali onde é agora a lavanderia do Hospital era a oficina do Pipito. No fundo da oficina tinha um sumidouro, um areal onde tudo afundava. Animal que caía ali sumia, engolido pela areia. O resto era mato, pontado de clareiras onde se improvisavam campinhos de futebol.

Um desses campinhos "pertencia" ao Tricolor, time do Caminho do Meio. Naquela época Porto Alegre tinha muitos times pequenos. Casca lembra do Bambala, do Flor de Alá, que ficavam nos arredores. Na Azenha tinha o Maracanã, o Primavera. E tinha o time do Farolito. Mas o mais importante entre eles era o Força e Luz, que se originou na CEERG (Companhia Energia Elétrica Rio Grandense), e chegou a disputar o campeonato regional. Um tio de Casquinha jogou nesse time.

Casquinha não desgrudava do tio. Queria ser jogador também. Era meia-esquerda, mas jogava com o pé direito. E enquanto não apareciam os queridinhos do técnico, ele se esbaldava, jogando também na ponta-esquerda. "Fui nojentto: estive até no infanto-juvenil do Grêmio. Também estive no Inter e fiz um teste no Florianópolis, de Novo Hamburgo. Juntei osso e vidro quebrado para vender e pagar a passagem. Mas, quando cheguei lá, me disseram que eu devia ficar um mês. Aí, vim embora, não quis ficar."

MÚSICA

Do futebol, partiu pra música. Começou a trabalhar no setor aos 18 anos, carregan-

do as instalações do conjunto Flamingo. Na época, os conjuntos de sucesso eram o Flamingo, o Baldauf, o Flamboyant, o Quitanda, o Musical Porto Alegre. Ajudava a descarregar o material e os instrumentos, depois passava a noite assistindo aos músicos tocarem. Quando o baile terminava, ele ajudava a levar tudo de novo para o ônibus. "De tanto que eu gostava, chegou a um ponto em que o diretor do conjunto mandou fazer uma roupa pra mim. Depois que eu ajudava a montar tudo, colocava o smoking e ficava no palco, assistindo. Eu sabia todo o repertório da banda."

Teve um ano em que o conjunto foi tocar num baile de carnaval, na SAT, em Tramandaí. O clube recém tinha inaugurado a nova entrada, toda de vidro, e o ritmista entrou direito numa porta transparente, que veio abaixo. Um estilhaço de vidro pegou no tendão da perna dele. Casquinha promovido de carregador a ritmista. Ficou três meses nessa função.

Nesse tempo, estudou na Ordem dos Músicos: teoria, solfejo, clave de sol, bemol, sustenido. Quem fazia o teste era o maestro Salvador Campanella. Na época, tinha música caribenha, maracas, congas (hoje se chama tambadora). "Aí foi pra minha área. Só parei de fazer música em 1995. Particpei do conjunto Impulso 70, tocando em bailes. Também toquei no Casarão do Samba e no Batelão (casa noturna montada por Lupicínio Rodrigues).

Agora, Casquinha quer ter seu próprio conjunto de música popular brasileira. E se sente com força e coragem suficientes para começar de novo. Que ninguém duvide.

Na hora amarga, a mão amiga no ombro

Casquinha se lembra bem do dia 28 de junho de 1984. Ele tinha 38 anos e mais uma vez estava "no desvio", sem ter como levar leite para as crianças. Desolado, desesperado e cansado de gastar sola de sapato em busca de emprego, sentou-se num banco do Parque Farroupilha, a pensar na vida. Foi quando um amigo e vizinho, Roberto Faber d'Ávila, funcionário da Faculdade de Arquitetura, lhe bateu no ombro e perguntou-lhe o que estava fazendo ali.

Com a interferência do amigo, começou a trabalhar na UFRGS, como auxiliar de limpeza. Um ano e meio depois, fez concurso para operador de máquina copiadora e passou a trabalhar na Coordenadoria de Comunicação Social, a convite do prefeito Emanuel Santos Gomes. Na época a assessora de imprensa era a Carmen Regina de Oliveira e trabalhavam lá o Clóvis Ott e o Dilermando Torres. A Coordenadoria produzia um boletim, que Casquinha ficou encarregado de dobrar, etiquetar e enviar.

"Quando cheguei, o chefe da secretaria era o Darci Correa, já falecido. Não existia fax e a gente levava as matérias diretamente aos jornais, TVs e rádios. Tinha horário pra entregar, e às vezes se ia até as 21 horas. Mas havia muita solidariedade, os colegas pegavam junto, também havia mais comunicação. Até quando se ia ao banheiro, a gente avisava os colegas, que assim sabiam onde a gente estava. Em 1994 a Milena (Maria Helena Weber) tentou reimplantar essa prática."

Ele tem saudade de outras épocas, especialmente do tempo em que a churrasqueira existente na área da Coordenadoria era atendida com frequência. "Todo o fim de mês, se fazia um churrasco. Churrasco completo, com salsichão, salada de maionese... Até arroz aparecia. Melhor que numa churrasceria."

Outra lembrança forte para Casquinha é a greve: "Naquela época, não tinha paralisação, era greve mesmo". No ano em que ele entrou para o serviço da UFRGS, 1984, houve uma das maiores greves, que mobilizou todo mundo. Até uma minicooperativa foi montada no térreo da Faculdade de Educação, para que o pessoal que ganhava menos pudesse se manter. "Agüentamos dois meses e pouco, mas, quando a ministra da Educação ameaçou suspender o pagamento, os colegas resolveram voltar ao trabalho."

Ele estava sempre perto do local dos acontecimentos. Era assim nas ocasiões mais exaltadas durante as greves, ou quando um fato extraordinário acontecia. "Se acontecia alguma coisa, lá estava eu, de aventalzinho, limpando... e pronto para dar uma mão." Foi assim com a mudança das instalações do Decordi (Departamento de Programação e Registro Discente), que passou da área da Biblioteca Central para onde, hoje, está a Coperse (Comissão Permanente de Seleção). "Tudo carregado a muque. A gente dizia: 'Vamos lá!'. E todo mundo ia. Hoje está tudo terceirizado."

Havia muito trabalho pesado, mas o salário rendia mais. "Este prédio aqui, o que nós limpávamos os vidros... era uma tristeza. Mas se ganhava, né? Se ganhava. Naquele tempo, o salário era melhor, se comia melhor, até sobrava algum dinheiro. O pagamento era do dia 20 em diante, no máximo dia 22, 23. Hoje leva até 35 dias para se receber. Não tinha vale-transporte, mas os funcionários carentes podiam almorçar no Restaurante Universitário."

"Sempre me relacionei bem com os reitores, não posso me queixar, sempre fui bem tratado."

ENTERRANDO BOLINHA

"Nessa época, eu tinha duas cachorrinhas – a Bolinha e a Pequetita – que me acompanhavam todas as noites numa das minhas tarefas de guri: buscar leite no Centro de Saúde, ali na Rua Jerônimo de Ornelas, esquina com a Avenida João Pessoa. Eu saía de casa às dez da noite e atravessava o mato para chegar até a rua. Pois, justamente no dia da inauguração do prédio da Faculdade de Farmácia, um carro não me passa por cima de uma das cachorrinhas? Morreu a Bolinha, que era a mais velha. Fiz enterro e tudo. Eu tinha uns doze anos."

DE TRIVELA, DE CASQUINHA

"Quando guri, eu era metido a jogador e não jogava nada. O meu tio foi jogador do Força e Luz, era ponteiro-esquerdo e tinha o apelido de Casquinha. Daí saiu o meu apelido, eu não desgrudava dele, andava sempre junto, era o Casca e o Casquinha. Eu tinha uma maneira muito típica de bater na bola, né? Eu só batia de trivela, né? E me diziam, olha bate só de casca na bola. E a bola pegava um efeito... Batia de lado, de trivela, de casquinha, como diziam."

GARNIZÉ SEM RABO

"Com a religião, consegui ser mais calmo. Porque eu fui quebra. Trabalhava num bar, entregava leite de madrugada e não levava desaforo pra casa. Já descia da carroça com um relho e, se não me demolissem, eu não parava. Na época, meu apelido não era Casquinha, era Garnizé sem Rabo. Volta e meia estava com a cara quebrada, com os beiços inchados. Fui tomar jeito de gente quando entrei para a religião, com 16 anos de idade."

ASSOBIANDO NO BANHEIRO

"Desde o tempo em que trabalhava na limpeza eu tenho um cacoeite, que é viver sempre assobiando e cantando. Era o meu desabafo. Casado, dois filhos, limpando banheiro... Assobiar me dava ânimo. Eu limpava isso af sozinho, todos os banheiros, masculinos e femininos, do sétimo andar. Pilotando uma enceradeira pesada, que com o tempo eu dominava com uma mão só. Na época, a recepção era junto com a telefonista, lá embaixo. Eu limpava o setor de telefone, a recepção, os dois elevadores e já descia no sétimo andar limpando os banheiros, masculino e feminino. Ainda existe uma diferença com os funcionários pequenos. Hoje o serviço é terceirizado."

ATIVIDADE EXTRA-CLASSE

"Esse banheiro do segundo andar, hoje voltou a ser banheiro masculino, mas de primeiro ali era a central telefônica, e teve um ano em que houve invasão dos alunos. Prenderam o professor Gerhardt ali e quebraram tudo. Tiveram que arrombar a porta pra tirar ele ali de dentro. Fiz parte do grupo que ajudou o reitor a sair da Universidade, escapando dos alunos. Levamos ele para o Hospital de Clínicas. Peguei o carro do Dilermando Torres, que era o assessor de imprensa, descii a Rua São Manoel por trás, ele saiu pelos fundos e o pessoal ficou esperando ele na frente do Hospital. Tem cada coisa..."

RELIGIÃO NÃO É COMÉRCIO

"Sou umbandista desde os 16 anos. Particpei ativamente de correntes, mas nunca tive casa. Hoje, trabalho só com o meu pessoal, em casa. Meu anjo de guarda é Ogum (São Jorge), mas trabalho também com o Preto Velho, com o Moço do Oriente e com os amigos da rua. Isso, pra mim, significa o que diz a união de umbanda: de graça se dá, de graça se recebe, religião não é comércio. O que a umbanda me trouxe de benefício é que agora eu consigo enxergar e analisar as pessoas. Isso vem de raiz; minha avó, mãe do meu pai, era diretora do Centro de Umbanda Amor e Caridade."

SAUDADE DA GRAPETTE

"Então apareceu a música. Naquela época em nem sabia o que era cerveja, só bebia Grapette (refrigerante de uva). Aquilo era coisa maravilhosa. Era impressionante. Já a garrafa me deixava alucinado: era toda diferente. Os caras tomavam cerveja e eu pedia Grapette. Claro, tinha o guaraná também, mas eu preferia Grapette. Só fui tomar bebida de álcool aos 27 anos. E até hoje tomo a minha cervejinha."

O QUARTEL E A VILINHA

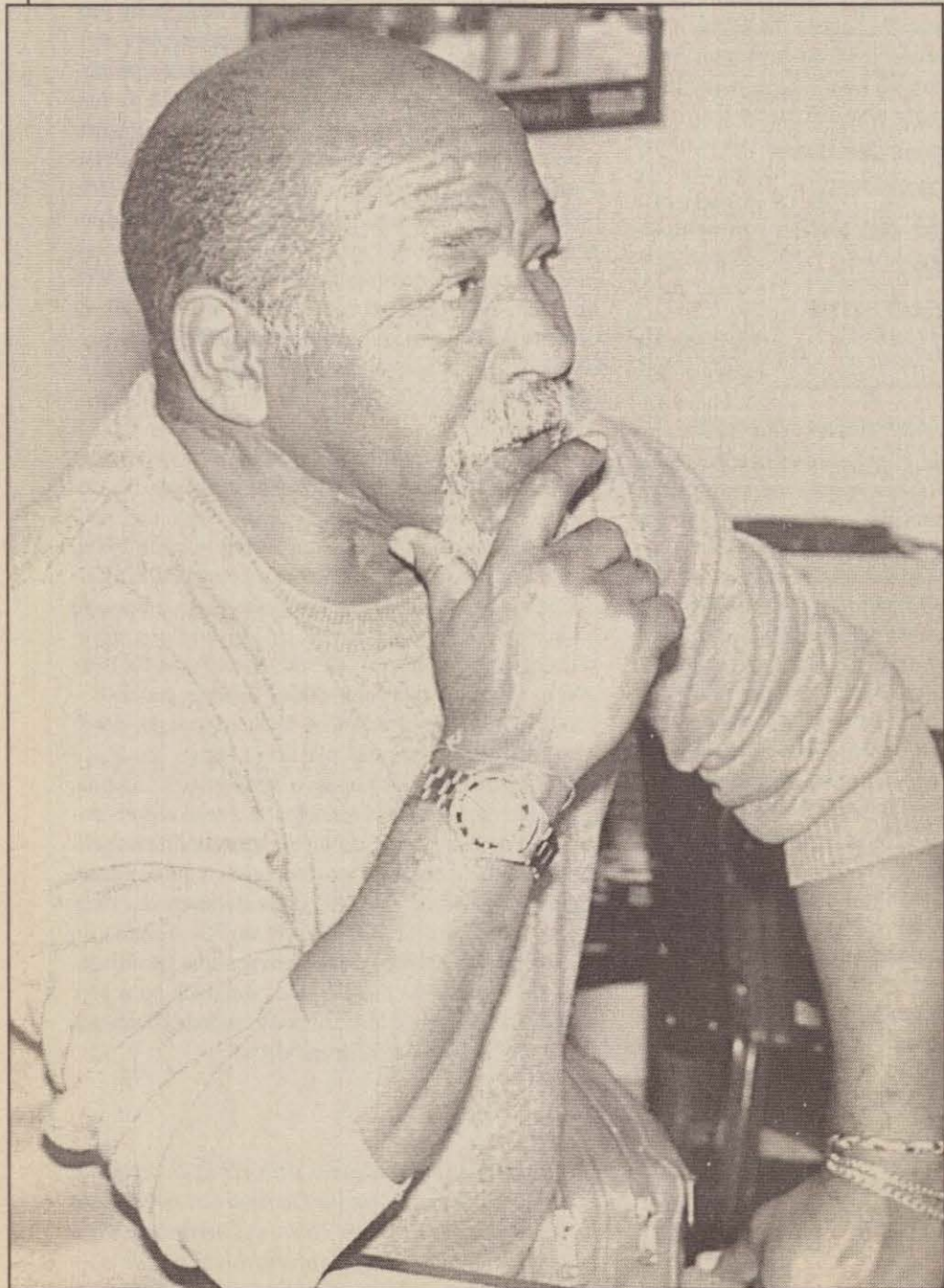
"Servi no Pelotão de Equipamento Pesado da Companhia de Comando do 6º Batalhão de Engenharia e Combate, próximo à Igreja de São Jorge. Ao lado tinha uma vilinha, onde a gente satisfazia as coisas de homem, como diz o ditado. Era a vida noturna nossa. Servi só nove meses: não tinha nenhuma punição e na minha QM não tinha como enganar, nem como fazer curso. Então não pude continuar, mas eu queria. Naquela época o que dava estabilidade era a carreira militar ou ser funcionário federal."

QUATRO MULHERES

"Nunca fui casado, mas tive quatro mulheres. Fui ficando, fui ficando. Tenho dois filhos da primeira e dois da segunda. Da primeira, dois gurus; da segunda, um menino e uma menina. Todos vivem comigo. Moro com os quatro filhos, três negrão e uma menina: o Júlio César, de 24 anos, o Daniel, de 22, o Jefferson Luiz, de 18, e a Kelly Cristina, que está com 16."

CORRENDO ATRÁS DO SONHO

"Meu sonho na vida é voltar à música e montar o meu próprio conjunto de MPB. E agora que a guriada já está crescendo, eu estou me mexendo pra isso. Viver junto não quero mais. Quero poder ir ao supermercado e comprar o que me agrada. Quero poder acordar no meio da noite e, se me der vontade, levantar e sair para tomar uma cervejinha. Minha filha me deixa tudo pronto pra mim. A qualquer hora que eu chegue ela levanta. Se chego de manhã, ela me diz: 'Namorando, heim, velho?' É assim."



"Naquele tempo se comia melhor, e até sobrava algum dinheiro"